



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PROER		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 001174/01	DATA: 23/10/01
INÍCIO: 14:33	TÉRMINO: 17:14	DURAÇÃO: 02:41
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2:46	PÁGINAS: 102	QUARTOS: 34
REVISORES: GILBERTO, PAULO DOMINGOS, ANTONIO MORGADO, MONICA, ODILON, MADALENA, WALDECÍRIA, LUCIENE FLEURY		
CONCATENAÇÃO: ZUZU		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO – Ex-Controlador do Banco Nacional.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.  
Há termos ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o Sistema Financeiro Privado. Informo aos Srs. Parlamentares que a Ata da 10ª Reunião foi distribuída. Indago se há necessidade de sua leitura pela Secretaria.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Peço liberação da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovada a ata. Esta Presidência comunica que recebeu as informações referenciadas na relação, que faz distribuir aos Srs. Parlamentares. As informações estão disponíveis na Secretaria da Comissão, observadas as cautelas pertinentes quanto àqueles documentos de caráter sigiloso. Informa também que passou a integrar esta Comissão, agora como titular, o Deputado Paes Landim, que era suplente, na representação do Bloco PFL/PST.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Quem saiu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – José Carlos Fonseca. *(Pausa.)* Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomar depoimento do Sr. Marcos Catão Magalhães Pinto. Convido o Sr. Marcos Magalhães Pinto a tomar assento à mesa. *(Pausa.)* Cumprindo as formalidades legais, foi firmado, pelo depoente, termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura. “Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.” Antes de passar ao depoimento, eu informo que a



lista de inscrição para debate já se encontra disponível para os Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Sr. Marcos Catão Magalhães Pinto. (*Pausa.*)

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Sr. Presidente, eu gostaria de, inicialmente, fazer uma breve exposição. (*Pausa.*) Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, senhoras e senhores, atendo o chamado desta Comissão Parlamentar de Inquérito no cumprimento de um dever, tanto mais significativo, no meu caso, quanto se encontra muito pulsante, no meu espírito, a lembrança do culto do meu pai ao Congresso Nacional. Ele viveu como Parlamentar a maior parte da sua vida pública. Deputado Federal em várias legislaturas, presidiu também ao Congresso, como Presidente do Senado. Para este cargo foi, singularmente, eleito pela unanimidade dos Senadores. Esta evocação me emociona e concorre para o compromisso de contribuir, modestamente embora, para que Vossas Excelências levem a bom termo o seu trabalho. As atuais circunstâncias da minha vida impedem que eu esteja aqui como testemunha. Sabem os Srs. Deputados, melhor do que ninguém, que testemunha é um terceiro, de nenhum modo envolvido no caso sobre o qual depõe. Assim diz a própria origem da palavra testemunha. Assim ensinam os livros jurídicos. Eu não sou um terceiro quanto a nenhum aspecto, direta ou indiretamente, relativo aos eventos que levaram à liquidação do Banco Nacional. Sou parte. Fui Presidente do Banco Nacional. Integrei a sua administração e o grupo familiar dos controladores do Banco. Sofri e sofro, intensamente, as conseqüências da adversidade da instituição. Além das apreensões naturais, tenho seqüestrados os meus bens. Junto com outros companheiros da administração do Banco, respondo a uma ação civil de responsabilidade, como também uma ação de improbidade administrativa, proposta pelo Ministério Público. Sou réu em uma ação penal, cujo



processo se encontra em curso. Por isso, a Constituição e as leis asseguram-me os direitos correspondentes à condição de pessoa acusada. Desnecessário acentuar que esta não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar as causas da liquidação de um tradicional banco brasileiro. Fosse, eu assinalaria o fato muito considerável de que, embora rigorosas as investigações, feitas em todas as áreas, do Banco Central ao Judiciário, da Polícia à imprensa, nunca se apontou qualquer desvio de valores ou de bens, por mínimo que fosse, mesmo porque isso jamais ocorreu. Isso constitui não um simples indício, porém uma prova robusta de que o Nacional não malogrou em decorrência de qualquer ilícito. Muito ao contrário, o relatório do Banco Central, feito após o encerramento do inquérito a que a ele procedeu, concluiu que os controladores não só jamais se apropriaram indevidamente de qualquer valor, como ainda que a capitalização por eles feita no Banco, no período crítico, superou os dividendos de que eram credores. Portanto, não se atribuem aos controladores os revezes sofridos pela instituição. Busquei, buscamos – os controladores – administrar o Banco do modo mais correto e adequado. Estivemos todo o tempo atentos à necessidade de deixar o banco em mãos competentes porque assim se procede no mundo contemporâneo, como ensinam os especialistas. Eles são unânimes na afirmação de que, de tal modo evoluiu a empresa na atualidade, que a sua direção saiu das mãos dos donos para a de técnicos hábeis a conduzi-la do modo mais apropriado. A profissionalização característica da empresa moderna, na qual os controladores entregam a administração a cargo de executivos, contratados para esse fim. O panorama empresarial hodierno, especialmente dos grandes centros comerciais e financeiros, como os Estados Unidos, comprova essa realidade. De acordo com essa



concepção, procurou-se para o Banco Nacional a melhor administração possível. Em 1988, quase oito anos antes do evento, escolheu-se, para a gestão dos negócios da entidade, um profissional respeitado e aplaudido no mercado financeiro pela competência técnica, desenvolvida na cúpula de um grande banco estrangeiro. Mais não se fez, nem se poderia fazer, para que o Banco Nacional fosse bem gerido e prosperasse. A partir daí, e dentro da concepção atual, afastei-me da condução dos negócios do banco e absorvi a sua representação institucional perante clientes e outras pessoas físicas e jurídicas. Essas pessoas, conforme o caso, eram encaminhadas à administração da entidade. A situação conjuntural repercutiu sensivelmente no Banco Nacional e noutros, como é notório. Tentaram-se todas as soluções para superar a crise de liquidez que se apresentou e, afinal, impôs a solicitação ao Banco Central do Regime de Administração Especial Temporário – RAET. O fato de que o Banco Central acompanhava a crise de liquidez do Banco Nacional e de seu agravamento está comprovado. Para ilustrar, veja-se o depoimento que foi prestado, na 3ª Vara Cível Federal de Brasília, pelo Dr. Alkimar Ribeiro Moura, Diretor de Política Monetária do BACEN de março de 1994 a março de 1996. Ele declarou que o Banco Central já tomara conhecimento da situação de iliquidez do Banco Nacional em julho ou agosto de 1995. Esclareceu que – nas palavras dele – "Na época em que foi decretado o RAET, não foi adotada a intervenção ou liquidação extrajudicial do Banco Nacional porque havia uma crise bancária com a ameaça de um risco sistêmico, o que significa que poderia haver um colapso em todo o sistema bancário". Por conseguinte, deve-se afastar a idéia de que tudo se teria passado apenas no dia 18 de novembro de 1995. Por certo, as autoridades do Banco Central explicarão a esta Comissão as deliberações tomadas



pela entidade e as providências necessárias à efetivação delas. Para entrar no tema desta CPI, direi que a criação do PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional deve ser explicada pelo Governo, que o instituiu. Ele o fará, evidentemente, melhor do que qualquer particular. Impõe-se notar que o PROER foi criado em 3 de novembro de 1995, tendo em vista a situação, não do Banco Nacional, mas de todo o mercado brasileiro. Os fatos da época mostravam a turbulência desse mercado. O PROER resultou, portanto, numa solução encontrada pelo Poder Público para resolver problemas gerais e prementes. Eu creio que o PROER evitou um cataclismo no sistema bancário e, encadeadamente, em toda a atividade econômica, com repercussões nos diversos segmentos da sociedade. O PROER, segundo se explicou na época, visou a impedir o caos. Esta a opinião não só do Governo, como ainda de vários especialistas, que vieram a público na defesa do PROER. A opinião que agora externo sobre o PROER é a que me ficou pela observação do panorama econômico e financeiro de então. Nada jamais me foi adiantado ou explicado por qualquer autoridade, que nunca me falaram sobre a aplicação do PROER ao Banco Nacional, e da qual só fiquei ciente pelo noticiário que a divulgou. Ninguém ignora que a situação do mercado, profundamente combalido pelo que ocorrera ao Banco Econômico, agravou sobremodo os problemas do Banco Nacional, perturbando a busca de soluções de mercado. Para evitar mal maior, requeri o RAET, em 18 de novembro de 1995. A partir do requerimento do RAET, fui afastado de tudo o quanto dizia respeito ao Nacional, juntamente com os meus companheiros, os demais controladores e os acionistas minoritários. Nenhum de nós jamais recebeu qualquer explicação sobre as providências tomadas pelos administradores provisórios. Não



posso ocultar desta Comissão Parlamentar de Inquérito a impressão muito forte de que, se a instituição do PROER se deveu aos mais elevados e saudáveis propósitos, a execução do PROER foi danosa ao Banco Nacional, que saiu prejudicado, em prol do UNIBANCO, inquestionavelmente beneficiado pela transferência dos ativos do Nacional. Se me permitem uma explicação, eu diria que o UNIBANCO ficou com todo o patrimônio valioso do Nacional. Recebeu as suas agências. Recebeu os seus clientes. Recebeu todo o seu patrimônio. Pode-se dizer que, na verdade, o UNIBANCO recebeu o quarto maior banco privado do país, sem desembolso de caixa, sem receber, contudo, os seus problemas. Estes ficaram na massa que agora se encontra em liquidação, sob a denominação do banco extinto. Todo esse patrimônio foi recebido por preço quase que simbólico pelo UNIBANCO. Até hoje não se sabe por que o UNIBANCO foi eleito para merecer essas dádivas. Vejam Vossas Excelências que a Seguradora Nacional foi transferida ao UNIBANCO por valor, sem qualquer dúvida, “incondizente”. Um ano depois, somente a metade dela era vendida, estipulando-se o preço dessa metade segundo uma avaliação que atribuiu ao todo valor cinco vezes superior ao da aquisição. Esta nobre Comissão vai descobrir e revelar as razões determinantes do PROER e o modo de execução desse Programa. A contemplação da maneira como ele operou, relativamente ao Banco Nacional, deixa nos seus controladores, como deixará em qualquer pessoa disposta a uma análise imparcial do problema, um sentimento de profunda amargura. Muito obrigado. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Passo agora à lista de inscrição para as inquirições. O primeiro Parlamentar inscrito é o Deputado Milton Temer.



**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Sr. Presidente, Deputado Gustavo Fruet; Sr. Relator, Deputado Alberto Goldman; Sr. Depoente, Sr. Marcos Magalhães Pinto, eu tinha algumas perguntas já preparadas, mas acho que o depoimento escrito que V.Exa. leu, para abertura, é muito importante para esse nosso processo. Uma das perguntas objetivamente V.Sa. já respondeu, que é: “Que critérios foram estabelecidos na negociação para entrega do Nacional ao UNIBANCO?” Mas eu quero começar essa minha intervenção fazendo uma pergunta que eu vou fazer a todos os ex-controladores. Os bens de V.Sa. estão seqüestrados. De que V.Sa. vive, hoje?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu vivo de salário de duas empresas da nossa família, que estão...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Operando?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – ... operando, embora suas ações estejam seqüestradas.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Elas não podem ser alienadas, mas continuam operando?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Continuam operando.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Que empresas são essas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É a Companhia..., Empresa Brasileira de Participações – CBP e uma outra empresa, que esta é só minha, chama-se Gavia Empreendimentos e Participações Ltda.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – São empresas... Mas não são do Sistema Financeiro, não? São de...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não são.





**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Eu queria que Vossa..., V.Sa. fez uma referência ao pedido de RAET no dia 18 de novembro?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Dezoito de novembro.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Mas nós temos a informação concreta que no dia 14 de novembro, Jorge Konder Bornhausen já informava ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, que havia tratativas para negociação do Banco Nacional com o banco UNIBANCO. Quem é que fazia essas tratativas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Inicialmente, eu fazia essas tratativas, mas depois de algum tempo eu fui totalmente afastado dessas negociações, que passaram a ser feitas pelo Banco Central. Foram tratativas, já no final, feitas pelo Banco Central e o UNIBANCO.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – E o... Mas V.Sa. disse que não sabia o critério da escolha do UNIBANCO para a compra do Banco Nacional.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Sim. Porque havia... Eu tinha estabelecido negociações com dois bancos: com o UNIBANCO e o Banco de Boston. Mantive paralelamente essas negociações, tanto com um, quanto com o outro; a do Banco de Boston até mais adiantada do que a do UNIBANCO. Mas subitamente me afastaram das negociações. O Banco Central assumiu as negociações.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – O subitamente... O senhor sabe lembrar a data do “subitamente”? O período, pelo menos, assim.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Olha, foi uma semana..., cerca de uma semana antes da decretação do RAET.



**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – E o senhor fazia a negociação do Banco Nacional, que eu quero dizer que era um banco que tinha... Embora um banco mineiro, tinha uma marca, no Rio de Janeiro, muito importante, principalmente na década de 60, muito ligado à área da cultura. Então era o que a gente acompanhava. O senhor fazia essa negociação do Banco Nacional com o UNIBANCO e com o Banco de Boston por quê? Um banco próspero, com lucro nos seus balanços, oficialmente apresentado. Por que o senhor fazia negociação?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu fiz essa negociação porque nós começamos a enfrentar um problema de liquidez após a intervenção no Banco Econômico. Então, eu vi que não encontraríamos solução para esse problema em virtude do que ocorria, das notícias dos jornais, o Banco Nacional ficou marcado como se fosse o próximo. Não só o Banco Nacional, como o BAMERINDUS. Então, esses comentários, esse falatório começou a prejudicar a nossa posição de caixa. Então, eu vi que a solução mais conveniente seria fazer uma negociação e fui procurado por esses dois bancos, estabeleci então essas conversas.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Essa situação precária de liquidez tem a ver com o fato do Banco Central ter descoberto finalmente a existência de contas falsas, contas fictícias colocadas no balanço do banco, para gerar inclusive distribuição de dividendos por lucros do banco em função da essência dessas contas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não tem nada, mesmo porque eu desconhecia essas contas. O que havia era o seguinte: o sistema bancário passava por um momento de inadimplência. No nosso caso, inadimplência



maior, porque o banco era grande prestador, isso já, desde o Plano Cruzado, nós nos tornamos um banco de aplicação mesmo e não ficando, aplicando em papéis federais. Éramos voltados mais para emprestar.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Sim, mas aqui eu tenho uma declaração da época do Presidente do Banco Central, Dr. Gustavo Franco, que foi manchete de página do respeitável Caderno de Economia de **O Globo**: “Loyola: FH sabia ... “ — por que em **O Globo** não se usa FHC, só se usa FH, porque FHC é inicial de algo que é pejorativo para a imagem que o jornal **O Globo** faz certamente, é só FH. “FH, o Presidente Fernando Henrique, sabia das fraudes”, em uma referência clara ao Banco Nacional feita pelo Presidente do Banco Central. Eu queria saber que fraudes, em que momento o Presidente do Banco Central ... E tem aqui, inclusive, um diálogo claro reproduzido pelo Dr. Gustavo Loyola se referindo especificamente a uma conversa com o senhor: “Ele usava muitos eufemismos, dizia que havia créditos que não valiam nada, que o Banco tinha uma carteira especial de crédito. Mas só em outubro, o Clarimundo Santana contou todo o esquema. Imediatamente, o Presidente Fernando Henrique e o Ministro Malan foram informados do problema”. Essa frase é do Presidente do Banco Central a propósito das contas falsas no Banco Nacional. Como é que essa questão das contas falsas aparece para que o Banco Central tivesse, através dos seus Presidentes, uma explicitação pública dessa questão? Isso era algo que estava no âmbito desse corpo técnico fora do controle dos controladores? Isso era algo que... Quem é que lidava com essas contas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Primeiro, queria uma informação sua: o senhor falou Gustavo Franco, era Gustavo ...



**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Gustavo Loyola. Claro, Gustavo Loyola.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Gustavo Loyola.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – É, claro. Gustavo Franco era só diretor do banco.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Pois é. Eu desconhecia inteiramente essa questão dessas contas. Eu não sei como é que o próprio Presidente da República podia ter conhecimento dela. O Banco Central nunca nos deu ciência de que tinha conhecimento dessas contas. Nós éramos inspecionados pelo Banco Central. Nós tínhamos uma empresa de auditoria que nunca nos informou, pelo menos a mim, nunca informou sobre a existência dessas contas. Então, eu me admiro que o Sr. Gustavo Loyola tenha dito que sabia disso. Ele pelo menos devia ter me dado conhecimento, ciência de que existiam essas contas.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Ele declara que foi do senhor que ele ouviu a existência de que... Ele diz claramente: “Dizia que havia créditos que não valiam nada”. Ele teria ouvido do senhor isso.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, o que eu conversei com o Sr. Gustavo Loyola é de que havia no ... o Banco estava passando por uma... um problema de inadimplência, mas nunca fiz referência a dívidas que eram, como ele disse aí, não guardei bem a expressão.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Era “que não valiam nada”, “créditos que não valiam nada”.



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Que não valiam nada?

Jamais fiz uma declaração desse tipo. O que ele soube é que o Banco Nacional tinha o problema de inadimplência e muito mais forte de liquidez.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Então, quero fazer uma pergunta concreta para o senhor. Queria que o senhor explicasse — vou fazer algumas perguntas que eu tinha preparado— como se deu realmente a intervenção do Nacional, porque o PROER é um nome e parece que passa a idéia de que é um projeto e um processo, um instrumento com que o Governo Fernando Henrique Cardoso encontrou para impedir que houvesse o problema dos bancos. É evidente que não havia problema como o Itaú, com o BRADESCO, não havia problema com o Real. E o UNIBANCO? Como é que V.Sa., no Banco Nacional, olhava o UNIBANCO antes dele ser proprietário do Banco Nacional? Qual era ... Na referência, no sistema financeiro bancário, o que era o UNIBANCO como concorrente para o ... Quando V.Sa. procurou, é porque ele era um banco forte com capacidade própria para comprar o Banco Nacional?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu acho que eu tinha me expressado, mas depois eu tentei corrigir, eu fui procurado pelo UNIBANCO.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Pelo UNIBANCO?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Pelo UNIBANCO. Fui procurado pelo UNIBANCO e pelo Banco de Boston. Não tomei a iniciativa de procurar. Sabia naquela época que seria até conveniente uma fusão ou uma associação com o Boston ou a venda, isso sim, mas a iniciativa foi deles.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Como é que se deu o processo de intervenção, principalmente, já que se afirma que os dirigentes do Banco Nacional



tomaram a iniciativa de solicitar que o Banco Central decretasse o RAET. Por que o Banco Central não agiu de modo próprio na aplicação do RAET no Banco Nacional?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Olha, eu fui, me foi sugerido pelo então Presidente do Banco Central, o Sr. Gustavo Loyola, que... Aliás, me foi comunicado que ele ia fazer o RAET no Banco Nacional, que ele não tinha outra opção. E me fez uma sugestão para que eu fizesse uma carta, pedindo o RAET.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Mas não entendi. O Presidente do Banco Central ...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Ele me comunicou que iria fazer o RAET.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Por que ele queria fazer o RAET no Banco Central?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Porque ele... que o problema... O banco estava enfrentando um sério problema de liquidez.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – E ele não queria decretar a intervenção, então sugeriu que V.Sa....

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Pedisse o RAET.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Em condições normais, pela legislação do Banco Central, esse problema de liquidez com o Banco Nacional naquele momento tinha, no desdobramento da crise do Banco Econômico, justificaria inclusive a intervenção.?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, naquela época nós tivemos problema de liquidez, mas não tão grave como nessa época que ele me fez essa ...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** - Quanto tempo o senhor ficou sem que o Banco Central sustentasse, pelo redesconto, a caixa do Banco Nacional, quanto tempo o senhor ficou na operação com o Banco Econômico, com a Caixa Econômica e o Banco do Brasil?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Olha, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil ...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – No interbancário.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eles eram um dos doadores de recurso ao banco, mas não eram os únicos, outros bancos também ...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Até quando? O Itaú emprestou, por exemplo, no interbancário, ao Banco Nacional?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Emprestou.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Até quando?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Até às vésperas.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Até às vésperas do ... Quer dizer, não foram os únicos?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não. Não me lembro. O Itaú, o Banco Real, o UNIBANCO.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Então, tem alguma coisa que não fecha, porque os jornais especializados da época, todos anunciavam de maneira aberta. O sintoma “antecipação da crise” no Nacional e Econômico era justamente o



fato de os grandes bancos terem se retirado das negociações do Interbancário com o Nacional e essas negociações terem-se concentrado no Banco do Brasil e na Caixa Econômica. Os sinais passados para o mercado exatamente da situação complexa que esses bancos viviam eram esses. Naquela ocasião nunca foi admitido que em um determinado período final só o Banco do Brasil e a Caixa Econômica aplicavam no Banco Nacional, como tinha ocorrido anteriormente com Banco Econômico.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Isso também eu fiquei sabendo, quer dizer, foi-me informado o seguinte: que as dificuldades que tínhamos para obter — foi aí que se chegou a esse ponto dos bancos privados — estava maior. O que eles estavam nos doando em termos de recursos estava diminuindo. Então, aí se evidenciou que estava... Realmente, a nossa situação estava... do conhecimento do sistema.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Dr. Marcos, o Sr. Arnaud Souza de Oliveira foi contratado pelo Banco Nacional com a finalidade de restabelecer a credibilidade do banco junto ao mercado. Em suas manifestações para a imprensa na época, o Sr. Arnaud afirmou que somente ficou sabendo do rombo inteiro do Nacional um ano antes da intervenção e que teria sido enganado pelos controladores. Afirmou ainda que, ao conhecer o volume da fraude, pediu demissão. Porém, que o Sr. Marcos Magalhães Pinto teria insistido na sua permanência com o argumento de que a saída dele poderia precipitar a quebra do Nacional. Arnaud ficou, mas teria exigido que o Presidente do Nacional fosse a Brasília e revelasse o rombo do banco ao BACEN, no que teria sido atendido pelo Sr. Marcos Magalhães Pinto. O senhor confirma essa informação?





**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não é verdadeira essa informação. Primeiro, que se ele disse que teve conhecimento desse — como é dito aí — rombo, eu não tinha conhecimento disso. Eu não tive conhecimento disso até depois do RAET. Então, ele não podia ter dito que eu falei com ele ou fiz apelo para ele ficar em função disso.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – O senhor nunca conversou com o Ministro Pedro Malan a respeito do rombo? Nunca conversou com o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, a respeito dessa situação irregular que se constatou no Banco? Quem é afinal de contas que tinha... Porque, eu fico pensando comigo, eu realmente tenho muito medo do sistema financeiro privado, porque ele é capaz de fazer com que algo, que na Justiça comprovadamente ficou constatado gerava lucros sem existir, que eram as contas ilegais, como é que um sistema financeiro se permite operar... Quer dizer, qualquer um que tenha um banco pode criar contas, inventar lucro e, enquanto não se for cobrar a retirada desse dinheiro, ele pode gerar riquezas para ele. Como é que se controla isso? Quem controlava dentro do banco essas contas falsas? Afinal de contas, de onde partiu essa iniciativa? Porque o Banco Central diz que para ele foi impossível constatar, para a auditoria foi impossível constatar. Quem é que tinha o segredo dessas contas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Deputado, queria dizer o seguinte, não eram contas fantasmas ...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Eram contas que já existiam e que eram ... A movimentação fantasma das contas, mudo a formulação.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não eram fantasmas.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Não eram contas fantasmas?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** - Eram contas que já eram encerradas, pequenos aplicativos ...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não eram contas encerradas. Existe relatório. Tomei conhecimento disso depois do Banco Central, em que ele comprova que os tomadores existiam e que essas contas foram até o fim do... até a decretação do RAET.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Então, afinal de contas, onde é que está o rombo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O que eu fiquei sabendo é que havia uma apropriação de juros permanentes em cima dessas contas que não podiam ser feitas, porque não estavam sendo pagas.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – E era aí que se geravam os lucros e dividendos imaginários que não existiam?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Isso é o que eu fiquei sabendo.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Mas quem é que operava essa operação? Quem é... Ficou sabendo que... Isso é fundamental para nós, porque é preciso saber o seguinte: havia conivência com alguém do Banco Central sobre isso? Havia conivência? Os controladores eram **by** passados?. O senhor tem que... Não, os controladores não tinham acesso a essa senha.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não tínhamos acesso a nada disso. Quer dizer, isso era feito ...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Era o Arnaud o responsável?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Era o Arnaud que era o principal executivo do banco. Nós não tínhamos, nós não participávamos do dia-a-dia do banco.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Dr. Marcos, o fato que chamou a atenção dos auditores do Banco Central diz respeito ao volume de operações. Não, não vou fazer essa pergunta, não. Vou passar para outra, porque eu quero ganhar tempo. Os peritos do Instituto Nacional de Criminalística apuraram o valor total de 145 milhões de dólares distribuídos a título de dividendos aos acionistas do Nacional, no período de 90 a 95 — 145 milhões de dólares. Como se explica que um banco que enfrentava a grave crise de liquidez e que dispunha de uma carteira de créditos em elevado nível de inadimplência estivesse apresentando lucros tão significativos? O Banco Central em algum momento fez algum reparo a respeito do volume de dividendos distribuídos para os acionistas da instituição?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não fez. Não fez.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Como é que se explica isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Acontece o seguinte, Deputado: eu queria informar a V.Exa. que nesse período os dividendos distribuídos para os acionistas... No caso, nós, acionistas controladores, fizemos aportes de capital muito superiores ao que recebemos, praticamente o dobro. Eu tenho aqui, o senhor falou aí em... Se o senhor quiser eu posso... Se V.Exa. quiser eu posso informar. Por exemplo, no ano de 90, os dividendos distribuídos foram da ordem de 13 milhões de reais; fizemos, em aumento de capital, 34. Em 91, recebemos os 14 milhões, não houve aumento. Em 92, recebemos 24, aportamos 139 milhões. Em 93, recebemos 39, aportamos 94 milhões. Em 94, recebemos 64 milhões, aportamos



108 milhões. Em 95, 39 milhões recebidos para um aporte de 61 milhões. Então, foi mais do que o dobro do que nós recebemos que nós investimos, que aumentamos o capital do banco.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Quem? Os controladores dos seus recursos próprios aportaram?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Esses recursos para o fortalecimento do banco.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Essa aritmética, eu não entendo. Não consigo entender uma aritmética em que os controladores colocam o dobro, o dobro do que foi distribuído e conseguiram sobreviver à quebra do banco?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Conseguiram.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Porque, se se aporta o dobro, isso é um sinal claro. Quer dizer, os próprios ... Que recursos eram esses? Pessoais, de outras empresas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eram de outras empresas, pessoais, tinha recurso de toda ordem.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Isso está comprovado?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Comprovado pelo Banco Central. Eu tenho aqui, pelo Banco Central.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Pelo Banco Central. Eu vou tentar saber se em outras fontes aqui. A Nacional Companhia de Capitalização e a Cartão e Administradora de Cartões de Crédito não constam da relação de empresas adquiridas pelo UNIBANCO. Que fato, nos anexos com instrumentos da “raetificação” de 95 está evidenciado que nenhum bem do ativo permanente do



Banco Nacional S.A e do Banco Nacional de Investimentos foi arrolado na operação de transferência das atividades operacionais bancárias. A lógica disso reside no fato de que a aquisição de bens do ativo permanente do Banco Nacional pelo UNIBANCO não fez parte da operação de transferência de ativos e passivos operacionais, não podendo aquela ser considerada essencial para assegurar liquidez ou solvência ao sistema financeiro nacional, nem tampouco contribuiria para resguardar os interesses de depositantes e investidores. Contudo, as referidas empresas compõem os ativos que foram transferidos para o UNIBANCO. O senhor pode nos informar a respeito disso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, elas foram transferidas pelo UNIBANCO, essas empresas. O senhor fez referência ao Cartão Nacional?

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Nacional de Capitalização, a Cartão e Administradora.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – A Cartão e Processamentos foi transferida.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Pois é, mas...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Está aqui: eram seiscentos e...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Elas foram transferidas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foram, foram transferidas para o UNIBANCO.



**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Sim, mas em que termos? Elas não faziam ... Mas ela não consta da relação de empresas adquiridas. Como é que se deu isso? Queria que o senhor informe como é que se dá essa transferência?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu não estou entendendo, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Vou repetir.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Elas foram transferidas para o UNIBANCO.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Sim, isso no processo da transferência do Nacional para o UNIBANCO?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Se V.Exa. quiser, tenho aqui a relação inclusive dos valores do patrimônio dessas empresas: Nacional Companhia de Seguros, Nacional Leasing, Cardo e Processamentos, Autolatina Leasing, Cartão Nacional, Banco Nacional de Luxemburgo, INTERBANCO, Agência em Nassau, Agência em Nova York, isso tudo soma 682 milhões de reais que foram transferidos para o UNIBANCO. Essa transferência inclusive foi feita mediante aumento de capital do UNIBANCO com esses valores. O UNIBANCO pagou para o Banco Nacional apenas 300 milhões de reais de ágio.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Exatamente, é.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – E transferiu esse patrimônio.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Como é que se dá essa operação? Esse é o problema. O Banco Central determinou assim?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Isso tudo foi feito pelo Banco Central.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Exatamente.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Pelo RAET com o Banco Central, com o UNIBANCO nesse caso.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – O senhor está movendo alguma ação contra o Banco Central por causa dessas operações?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, no momento não.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – O senhor está reclamando alguma coisa no Banco Central com respeito à forma como foi feita a transferência para o UNIBANCO?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Bom, se o senhor considera que esse...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Isso está entregue aos nossos advogados, que estão examinando a melhor maneira de fazer. Mas está em mãos dos nossos advogados.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – O senhor fez uma referência, aí, no seu depoimento, que eu queria que o senhor precisasse um pouco, a respeito de uma empresa subavaliada, que dois anos depois foi negociada. Como é que se determina, como é que aceita a entrada do Banco Central nessa operação que ele faz com o UNIBANCO, como é que se estabelecem os valores para o patrimônio do Banco Nacional? Como é que se estabelece isso, se transfere ao UNIBANCO? E com que... qual é o contraponto que o UNIBANCO... Quer dizer, por 300 milhões o



UNIBANCO comprou de V.Sa., controlador, algo que valia muito mais do que os 300 milhões, por determinação do Banco Central?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Comprou.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – E V.Sa. não reclamou de nada disso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Na época, nós não tínhamos acesso nenhum ao regime de RAET. Essas operações eram feitas pelo RAET, nós não tínhamos acesso.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Espera aí, mas eu não estou entendendo. E V.Sa. diz que não tem nenhuma disputa? O Banco Central tem autoridade para, até recuperar tudo que foi posto no Nacional, que pertence ao Banco Central, o Banco Central tem autoridade para pedir abertura de inquérito, a partir de investigações que faça e constatem fraudes. Agora, eu queria saber que poder tem o Banco Central para fazer algo que V.Sa., como banqueiro e como proprietário, não se rebela nem protesta, nem vai para a contestação, de transferência de um patrimônio na ordem de cinco... enfim, muito maior do que... As contas do Nacional seriam o seguinte: transferência de 5 bilhões e 700 milhões de ativos e de 8 e 300 de passivos, com repasse de 2,5 bilhões do PROER para o UNIBANCO. O UNIBANCO paga 300 milhões por isso? Como é que se dá isso sem que V.Sa. discuta a questão?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nós não tínhamos nem conhecimento disso. Isso foi feito à nossa revelia.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Sim, mas V.Sa...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Todas essas transações...





**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Sim. Mas o valor, V.Sa. também não conhecia?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Do que era seu?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não sabíamos nada.

Nós não tínhamos conhecimento, Deputado. Isso foi feito...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – O senhor era controlador do Banco e não sabia o que tinha de ativo no Banco?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu era controlador... Era controlador. No momento em que o RAET assumiu, eu fiquei afastado de tudo.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Sim, mas o senhor não sabe o que entregou o RAET? O que o Banco Nacional entregou ao RAET?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Fiquei sabendo depois o que o Banco Nacional entregou... O que entregou, sim.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – É isso que estou dizendo.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O que o Banco Nacional entregou ao RAET eu sabia. Eu pensei que o senhor estivesse perguntando o que o RAET entregou ao UNIBANCO.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – O que eu estou dizendo é o seguinte: esses ativos que o senhor entregou... O senhor fez uma referência, na sua intervenção — e eu tinha perguntas para fazer sobre o Fundo de Compensação, mas tenho certeza que o Deputado José Pimentel vai fazer depois... Eu vou encerrar aqui, porque eu não quero tomar o tempo de ninguém mais. Eu quero que o senhor precise algo, porque o senhor deixou de maneira clara o seguinte: o Banco Central



fez uma operação de bens do Nacional com o UNIBANCO numa subavaliação de bens do Nacional, que o UNIBANCO vendeu dois anos depois a metade, numa empresa que eu vou examinar detalhadamente, quando tiver acesso a esse texto que V.Sa. fez, que, para mim, não está explicado. O que o senhor está denunciando aí? Percebeu a minha dúvida?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Percebi. O que eu estou denunciando é o seguinte: falam tanto que o PROER — isso já saiu muito na imprensa — foi feito para o benefício do Banco Nacional, para beneficiar o Banco Nacional. E eu estou dizendo aqui, e V.Exa. deve ter prestado atenção... Eu posso repetir?

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Pode. Eu até gostaria de ouvir de novo essa formulação.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Quando eu falo aqui no PROER, fica a impressão muito forte de que se a instituição do PROER se deveu aos mais elevados e saudáveis propósitos, a execução do programa...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – É isso.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – ... foi danosa ao Banco Nacional, que saiu prejudicado, em prol do UNIBANCO, inquestionavelmente beneficiado pela transferência dos ativos do Banco Nacional.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – É isso que eu quero que o senhor precise.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Se me permite uma explicação — eu estou repetindo —, eu diria que o UNIBANCO ficou com todo o patrimônio valioso do Nacional. Recebeu as suas agências, recebeu os seus



clientes, recebeu todo o seu patrimônio. Pode ser que, na verdade, o UNIBANCO recebeu o terceiro maior banco privado do País sem desembolso de caixa, sem receber, contudo, seus problemas. Esses ficaram na massa e agora se encontram em liquidação...

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – É isso. Para mim, é suficiente isso. O que eu pergunto exatamente para o senhor é isso: o senhor concorda, então, que o Banco Central, na operação que fez, na verdade privilegiou os novos controladores do Banco Nacional. Ou seja, o senhor diria que o Banco Central investiu no PROER recursos públicos numa transferência de benefícios para o UNIBANCO?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Diria, sim.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Obrigado. Eu queria encerrar por aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Eu concedo ao próximo orador inscrito, o Relator, Deputado Alberto Goldman, para sua inquirição. Eu só gostaria de solicitar ao Dr. Marcos a possibilidade desse documento que V.Sa. se referiu e da sua manifestação.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Da exposição inicial?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Isso.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Obrigado. Então com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Dr. Marcos, na exposição feita pelo Dr. Gustavo Loyola, num determinado trecho, ele diz: “Eu acho que o Banco Nacional é um caso emblemático, porque de fato houve uma fraude contábil de tamanhas proporções, que não foi percebida pelo Banco Central. Não foi percebida



de maneira sistemática. Ou seja, o Banco Central, desde 1988, não conseguiu ver nem, eu diria, pedaços desse **iceberg**.” O senhor concorda com essa afirmação do Dr. Gustavo Loyola?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Perdão, Deputado. O senhor...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu vou ler novamente. O Sr. Gustavo Loyola diz o seguinte, na sua intervenção, em seu depoimento: “Eu acho que o Banco Nacional é um caso emblemático, porque de fato houve uma fraude contábil de tamanhas proporções, que não foi percebida pelo Banco Central. Mas não foi percebida de maneira sistemática. Ou seja, o Banco Central, desde 88, não conseguiu ver nem pedaços desse **iceberg**.” O senhor reconhece essa afirmativa como correta?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Bom, nem o Banco Central nem a empresa de auditoria externa conseguiram perceber isso.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – A fraude? Não conseguiram perceber a fraude?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O senhor chamou de fraude.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Os peritos judiciais contratados por solicitação do Ministério Público afirmam: “Segundo consta do laudo do exame contábil dos peritos do Instituto Nacional de Criminalística, do Departamento de Polícia Federal, nos anos de 86 e 87, seguindo a política econômica instituída no Plano Cruzado, o Banco Nacional efetuou uma série de empréstimos a empresas de pequeno porte. Todavia, centenas dessas empresas, posteriormente, com o



recrudescimento da inflação, vieram a enfrentar dificuldades financeiras, encerrando suas atividades sem, no entanto, conseguirem honrar seus compromissos perante o Banco Nacional". É correto isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É possível que tenha ocorrido isso. Não só empresas pequenas; empresas de qualquer porte tiveram dificuldades com esses planos econômicos.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Mais adiante, diz o seguinte: "Assim, diante do quadro de inadimplência na carteira de crédito, o Banco Central montou essa engenharia contábil com as operações de crédito denominadas natureza 917, no qual os créditos de difícil liquidação, ao invés de serem transferidos para crédito em liquidação e posteriormente para crédito baixado com prejuízo, passaram a compor as denominadas operações de natureza 917, as quais eram mantidas como operações de curso normal, recebendo apropriações e juros mensais, independente das taxas de juros firmadas nos contratos de empréstimos." É o que aconteceu?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu não tinha conhecimento dessa carteira.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Mas é o que aconteceu? O senhor tem conhecimento hoje?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Hoje, sim.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Da mesma forma, o Relatório de Inquérito Policial 580/96, descreve que o Banco Nacional, a partir do final dos anos 80, em razão de uma desastrosa política de crédito e inchaço da máquina administrativa e outros excessos, se viu em dificuldades internas e externas,



gerando falta de credibilidade nos negócios e quebra de confiança no mercado. Hoje o senhor conhece isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Mas em que período isso, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – A partir do final dos anos 80, em razão de uma desastrosa política de crédito.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – No final dos anos 80?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Final dos anos 80.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – No final dos anos 80, foi exatamente a época em que nós recrutamos do mercado um executivo para assumir a direção do Banco. Realmente, nós tínhamos um excesso grande de funcionários e carteira de inadimplência, mas isso tudo foi revertido. Com o ingresso dele, tomamos todas essas providências. As providências foram tomadas por ele para enxugamento de quadro, para reverter essa parte de crédito em dificuldade.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Portanto, reconhece também que desde o ano de 87 convivia o Banco Nacional com uma crise de liquidez e de credibilidade e que também, naquela época, existia uma irresponsável política de concessão de empréstimos, ao arrepio da boa técnica bancária, e emprestava-se dementemente, segundo aqui os peritos, gerando uma carteira de crédito podre. V.Sa. reconhece isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Esse exagero que se falou aí na concessão de crédito, eu acho que não. Realmente emprestavamos muito, mas não dessa maneira desastrosa a que se refere aí o relatório.



**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Quer dizer que a partir do momento da contratação desses executivos o senhor não teve mais participação nenhuma no Banco?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Na administração do dia-a-dia do Banco, não. Não tive mais.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Como é que o senhor chegou ao conhecimento dos problemas existentes que o levaram a começar algumas negociações para a passagem do controle do Banco ao UNIBANCO ou Banco de Boston?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Quando é que...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Quando é que o senhor teve conhecimento dos problemas, como o senhor teve conhecimento, qual era o grau de problema que chegou ao senhor, para o senhor começar a fazer as tratativas com o Banco de Boston e o UNIBANCO?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foi a partir da intervenção do Banco Econômico. Conforme eu já tinha falado ali para o Deputado Temer, havia muito falatório com relação ao Banco Nacional — o Banco Nacional e outros bancos —, e isso começou a nos atingir. E aí eu fui procurado por esses dois bancos.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Mas nesse período o senhor foi procurado... O senhor não tinha participação na administração, não sabia de nada do que estava ocorrendo. De repente, é procurado por dois bancos que querem fazer uma negociação contigo. O senhor começa a negociar, como se estivesse sabendo que o Banco estava em situação ruim? Como é que o senhor vai negociar uma coisa que o senhor absolutamente não conhece a situação? Os banqueiros o



procuram, do Banco de Boston e do UNIBANCO, para fazer uma negociação contigo, que o senhor não conhece nada do Banco. Que negociação o senhor fez?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Sobre esse problema de liquidez, me deram conhecimento. Aí me davam conhecimento. O que eu não conhecia eram os detalhes de operações. Essas coisas eu não sabia.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O senhor só tinha conhecimento dos problemas de liquidez, não tinha mais conhecimento sobre os problemas do passivo e do ativo, ou seja, dos patrimônios?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Sabia que havia problemas de inadimplência e problemas de liquidez, que eram os problemas maiores do Banco.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O senhor ficou sabendo desses fatos por intermédio de quem?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Do principal executivo do banco, Sr. Arnaud Souza de Oliveira.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Ele lhe comunicou, então, a existência de problemas de liquidez?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – E aí o senhor foi procurado por esses novos bancos e o senhor começou as tratativas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Como é que essas tratativas...





**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Fui procurado, mas isso que eu quero dizer, Deputado, é que nessa altura o Banco começou a ser comentado no mercado. Daí eles terem tomado a iniciativa de nos procurar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O senhor tomou conhecimento nesse momento em que o senhor foi procurado pelos banqueiros. O senhor deve ter buscado saber qual é a situação do seu banco, de fato, do ponto de vista não só da liquidez, mas também do ponto de vista do patrimônio, ativos e passivos. Como é que o senhor tomou conhecimento disso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O que me era dito era que a situação estava normal, fora o problema de liquidez. O Banco estava crescendo.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – E lhe mostravam os balanços que eram auditados por uma auditoria, mostrando que existia ativo e passivo, todos em ordem?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Em ordem. Não só isso, como os números gerenciais também, quer dizer, aumento da base de clientes, aumento da cobrança, aumentos de número de cartões de crédito, a clientela de cartões, de todos esses números que eram gerenciais e que não estão espelhados no balanço.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – E nesse momento de negociação com esses banqueiros, como é que essa negociação se deu? O que eles propuseram ao senhor?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – No caso do UNIBANCO, foi uma fusão; no caso do Boston, foi uma compra.



**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Como é que seria essa compra?

Quanto lhe pagariam?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não chegamos a entrar nesse detalhe, quer dizer, de pagamento, porque foi evoluindo, eles procuraram conhecer melhor os nossos números. Mas aí não chegamos a números de pagamentos.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – E no caso da fusão, da proposta de fusão, em que termos era essa proposta de fusão? Qual era a proporção que ficaria no banco final, a proporção dos controladores do Nacional?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nós conversamos, mas a idéia inicial era cinqüenta, cinqüenta. Quer dizer, uma...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Então, Dr. Magalhães Pinto, o senhor disse agora há pouco que as negociações com o Banco de Boston tinham ido mais adiante que as negociações com o UNIBANCO. O senhor não tem nem o preço nem lhe ofereceram nada do Banco de Boston. Na fusão do UNIBANCO lhe ofereceram 50% do...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não ofereceram. Essa era a idéia que a gente tinha de fazer, não chegou a ser oferecido. Isso estava em discussão. Quer dizer, mas a fusão, o que a gente imaginava, nas próprias conversas, é que havia uma divisão.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O UNIBANCO faria essa fusão sem fazer um levantamento de ativo e passivo, sem uma auditoria feita pelo próprio UNIBANCO sobre o seu ativo e sobre o seu passivo, para configurar, evidentemente, a possibilidade de fazer uma fusão de 50%, por exemplo? Faria?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não faria?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O Banco de Boston faria uma compra também sem fazer esse tipo de verificação?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Eles chegaram a examinar a situação do Banco Nacional.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – E eles constataram o quê?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eles foram em vários departamentos e apuraram como... mas não se chegou a nenhuma conclusão. E depois, Deputado, eu fui afastado dessa negociação, e o Banco Central assumiu.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Quando?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Perdão?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Depois do PROER, não?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, antes do PROER.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – No RAET?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É, Antes do RAET.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não, houve primeiro o RAET e depois, evidentemente, o ....

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Parece que ele está dizendo que antes mesmo do RAET ele foi afastado da negociação.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Fui.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – E o executivo também? Ou o executivo não levou ao senhor nunca isso?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, aí nós fomos afastados. O Banco Central assumiu essa negociação.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Assumiu no RAET, depois que assumiu através do RAET.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, antes do RAET. Antes do RAET eu já perdi o contato tanto com o UNIBANCO quanto com o Banco de Boston.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Assumiu como? Com que legitimidade? Falando em nome de quem? O Banco Central não tinha poderes na mão, não tinha intervido, não tinha feito o RAET.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Subitamente, os meus interlocutores se afastaram e passaram a conversar diretamente com o Banco Central.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – E o senhor, então, não teve mais nenhum acesso a esse tipo de negociação?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não tive mais nenhum acesso.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O senhor teve conhecimento quando desse desequilíbrio, pelo menos real, existente entre o ativo e o passivo?

Que o passivo, nesse momento, superava de muito o ativo. Quando é que o senhor teve conhecimento disso? Que o passivo estava superando de muito o ativo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O passivo...



**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - O ativo bom. Foi feito o levantamento do ativo concretamente ou o senhor considera que não havia isso? Havia um ativo, um passivo, eles se equilibravam?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Equilibravam.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Quer dizer, não havia patrimônio negativo então?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não havia.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Então, na sua visão, o banco valia... Quanto que ele valia, na sua visão? Devia ter alguma visão quanto a isso. Ele foi vendido por 300 milhões. No fim, foi 300 milhões a diferença.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O ágio.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - O ágio foi só 300 milhões.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Trezentos milhões. Era muito mais do que isso. Muito.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Quer dizer, o senhor considera hoje que... mesmo hoje, porque evidentemente o senhor acha que valia muito, é porque tinha um patrimônio de fato enorme. Valia muito. Nada vale a não ser fundo de comércio que, num certo aspecto, evidentemente, tem um certo valor.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Tem sim.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Mas o que valeria mesmo, já que o capital dos bancos é um capital relativamente baixo, é a diferença, é o patrimônio positivo que a instituição tem. Um momentinho só. Mas esse patrimônio, que era extremamente positivo, significa que no frígir das contas, no frígir do episódio, já que foi separado, o senhor continua sendo proprietário do banco em extinção. Eu estou



imaginando que o senhor vai chegar agora neste momento, fazendo o levantamento de um balanço, o senhor vai ter um patrimônio imenso, então, positivo, porque ele não pode ter desaparecido. Se o ativo era bom.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Mas a parte boa, Deputado, foi toda levada para o UNIBANCO.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Mas levado para equilibrar o passivo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Deixaram os problemas para nós, porque a carteira nossa de crédito, o UNIBANCO escolheu o que quis. Ele administrou isso. Ele fez a cobrança disso. O que interessava a ele, ele levou. O que não interessava, ele deixou. Está sendo ainda cobrado lá, mas eu não sei como.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - O senhor está afirmando, portanto, que quando foi passado para o UNIBANCO, o ativo real que foi passado para o UNIBANCO era muito maior do que o passivo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O passivo que V.Exa. fala...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Se o senhor ficou no banco ruim, com o passivo e ficou com o ativo ruim, eu estou imaginando que o que passou para lá, evidentemente, foi um patrimônio positivo excepcional.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foi, sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Então, o senhor foi desapropriado contrariamente aos princípios constitucionais. O senhor foi, vamos usar a expressão, roubado, tungado.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – A expressão é sua.



**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - É isso que o senhor está dizendo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Eu estou dizendo o seguinte...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - O que eu concluo que o senhor está dizendo é isso. Não posso entender outra coisa.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – ...que nós fomos prejudicados, fomos.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - E o senhor não moveu nenhuma ação contra o Banco Central?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Ainda não.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Então, vai mover?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Meus advogados vão me orientar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Mas já tantos anos depois, o senhor está esperando o quê? A vida tem um limite, tanto a minha quanto a sua.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu sei disso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Bem, nesse final, quando é que o senhor imagina, depois que entrou em liquidação, o processo entrou em liquidação, nós vamos chegar a um certo momento, o senhor acredita que nessa situação em que se encontra, em que o senhor ficou com os problemas, o senhor diz. O Banco Nacional anunciou que está na mão do liquidante, é ele que opera. O senhor acompanha, evidentemente, pode impugnar qualquer ação do liquidante que não seja de interesse da massa falida. Está sendo liquidado, está sendo pago



alguma coisa da garantia, está sendo coberta, que foi todo aquele processo de constituição de garantias. O senhor acredita que agora, no final, em algum momento ainda, num momento não muito longínquo, as dívidas do banco estarão cobertas, totalmente cobertas? O senhor poderá, a partir daí, não retomar o banco, mas pelo menos ter um saldo credor?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O que eu espero, Deputado, é que essa administração do RAET possa pagar todas as dívidas.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Agora, já é liquidante, não é mais RAET.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É liquidante. Perfeito. Eu espero isso: que conclua isso, pagando todas as dívidas, acionistas minoritários, passivos trabalhistas, o que tiver. Não estou na expectativa de receber nada.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - O senhor acha, então, que o Banco Central não deveria ter feito essa intervenção via RAET, naquele momento, até porque a partir do momento em que ele fez o senhor ficou excluído das negociações, ficou impossibilitado de agir? O Banco central não deveria ter feito essa intervenção?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Eu não acho. Acho que devia ter feito, tanto que eu assinei a carta pedindo.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - O senhor assinou a carta pedindo o RAET? Não foi o banco que impôs o RAET? Formalmente não foi?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Formalmente não. Apenas aconselhou que eu fizesse uma carta pedindo.





**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Quer dizer, o senhor reclama basicamente da forma pela qual foi feito esse processo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - O senhor tem consciência de que naquele momento o fato de o Banco Nacional, uma instituição da dimensão do Banco Nacional ter chegado a esse ponto, poderia ter provocado uma situação, uma crise sistêmica, uma crise do sistema financeiro todo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Acredito que sim, porque depois do Nacional, sem dúvida, viriam outros também.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - O Banco Nacional era o terceiro banco naquele momento?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Terceiro ou quarto, depende do que se toma como parâmetro, porque há parâmetros de depósito, parâmetro de patrimônio.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Quem seria o terceiro?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu tenho dúvida entre Real e o UNIBANCO. Agora eu não me lembro.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, são essas as questões que eu queria levantar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) - Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, peço licença para dar um pulo na nossa reunião de bancada. O Deputado Ivan Valente deve estar sabendo de alguma informação. Estamos com reuniões.



*(Intervenção Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Isso.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - A reunião está suspensa agora. O Governador Alckmin deve chegar às 16 horas.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - E a Prefeita?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Já acabou de falar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Com o Governador sou situação, com a Prefeita sou oposição. Estou louco para pegar uma oposição.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Parece que ela vai conseguir as emendas que ela pediu.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Com nosso apoio, certamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) - Superada as questões regionais, concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Sr. Presidente, isso é o que se chama bancada unida em prol de São Paulo. Dr. Marcos Magalhães Pinto, o senhor informou na sua exposição primeira, e ratifica junto ao Relator, que no dia 18 de novembro de 1995 V.Sa. encaminhou ao Banco Central uma correspondência solicitando o RAET, essa gestão. Isso é verdade?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É verdade.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Até esse dia o senhor acompanhava todas as operações do banco, o controle, a sua gestão, a sua contabilidade e tinha plena confiança nos seus administradores?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Tinha plena confiança. Eu não era o principal administrador, eu era apenas o Presidente, mas a situação era



mais de ordem institucional, como eu disse naquela leitura que fiz. Mas eu acompanhava. Acho que era sua pergunta.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Somente a partir da decretação da gestão RAET que V.Sa. deixou de acompanhar a gestão? Até o dia 18, aquele sábado, o senhor acompanhou?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Até o dia 18. Depois, fiquei afastado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Dr. Marcos Magalhães Pinto, o laudo de exame contábil nº 39.441, elaborado pelos peritos do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, identificou uma série de operações enquadradas como operações de crédito de natureza 917. O senhor pode nos descrever que operações de crédito eram essas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Eu não tive conhecimento das operações, só fui ter conhecimento delas depois do RAET, depois de apurado, depois do relatório do Banco central. Até então eu não tinha conhecimento dessas operações.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Dr. Marcos, a Comissão de Inquérito identificou nesse tipo de natureza 652 operações. Essas 652 operações, no dia 18 de novembro, somavam a quantia de 5 bilhões, 367 milhões, 941 mil, 632 reais e 55 centavos, representando 75% de todas as operações de crédito do banco. E o senhor não tinha conhecimento?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Não. Eu não tinha conhecimento das operações que faziam. Eu tinha conhecimento do volume que tinha de operações, a carteira de crédito como um todo. Mas as operações, não.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Quem as conhecia, então, Dr. Magalhães?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Quem?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Quem é que conhecia no banco 75% das operações do Banco, que eram 652 operações, todas fraudadas? Quem é que conhecia, então?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Existia o principal administrador do banco e os administradores. Não sei se do conhecimento de quem, se todos, acredito que nem todos conheciam isso, poucos conheciam.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Mas esses administradores têm nome, não têm, Dr. Magalhães?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Perdão?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Esses administradores têm nome, não têm?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Têm nome.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - É possível o senhor declinar os nomes desses administradores?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Os nomes que posso dizer com absoluta certeza são o Sr. Arnaud Souza de Oliveira e o Sr. Clarimundo Santana.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Então, esses dois tinham conhecimento das operações de natureza 917, que eram envolvendo 652 operações. É isso que o senhor está afirmando?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - É exatamente isso.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dr. Marcos Magalhães, esta Comissão de Inquérito instaurada também identificou a remessa ao exterior, por meio de operações de câmbio realizadas a favor do INTERBANCO S.A., com interveniência do Banco Icatu S.A. O senhor sabe que operações foram essas de remessas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Não. Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Nunca ouviu falar?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Dr. Magalhães, no exercício de 1993, só para ver se o senhor consegue lembrar alguns fatos dessa gestão, o Cartão Nacional S.A. promoveu remessas para o exterior no montante de 15 milhões, 750 mil dólares. No exercício de 1994 o montante remetido foi de 58 milhões, 118 mil dólares. Já no exercício de 1995, no ano da intervenção, esse montante transferido saltou para 159 milhões, 850 mil dólares, numa média mensal de 14 milhões, 532 mil dólares por mês só no ano de 1995, sendo que somente no mês de outubro de 1995, no mês anterior à intervenção, as remessas totalizaram 27 milhões e 500 mil dólares. V.S<sup>a</sup> tem conhecimento dessas operações, volto a afirmar? Ou continua não lembrando.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Não, não é continua... Eu estou me lembrando de tudo que é possível.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Ah! Ótimo.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Apenas o seguinte: essas operações que eram feitas mensalmente...



**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Sim.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Quando falam “remessas”, o que sei é o seguinte, porque existe inclusive um inquérito da Polícia Federal sobre esse assunto. Eram remessas que o Cartão Nacional fazia para cobrir pagamentos à empresa Visa, porque ele era Cartão Nacional Visa, de compras lá fora, de tudo. O cartão tinha que fazer a remessa para cobrir a empresa Visa, que adiantava lá fora o dinheiro, os dólares.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - E como é que o senhor então explica essa abrupta elevação das remessas no exercício de 1995, particularmente nos meses bem próximos da decretação da RAET?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Isso é o volume de vendas, de uso do cartão. O Banco Central já olhou, nunca viu nada de incorreto nisso. Essas operações todas as empresas de crédito fazem, de cartões de crédito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dr. Marcos Magalhães, os peritos da Polícia Federal, ao identificar um esquema de fraudes no balanço do Banco Nacional, desde o exercício de 1990, se repetiu em 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 e até outubro de 1995, quando houve a intervenção. Ano a ano. Temos aqui a perícia. E esse sistema de cobrir esta fraude era as operações de natureza 917, aquelas 652 empresas, empresas fantasmas, empresas inexistentes, empresas falidas, e que essas operações representavam 75% de todos os créditos do banco. É por isso que o UNIBANCO devolveu esses créditos ao Nacional, porque são créditos fabricados, não são créditos bons. Qualquer indivíduo, ao analisar, vê com clareza. Mas mesmo assim, Dr. Magalhães, nesse período, os auditores, também do Instituto Nacional de Criminalística, identificaram que foram distribuídos dividendos aos acionistas do



Nacional no valor 145 milhões de dólares. Ou seja, o balanço do banco foi fraudado de 1990 até o dia da decretação, no dia 18 de novembro de 1995. A que o senhor atribui o pagamento de dividendos quando um balanço é fraudado?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Eu já tinha respondido ao Deputado Milton Temer, o que nós recebemos de dividendos, nós, que digo, os acionistas de modo geral, e nós, controladores, mas os controladores fizeram aporte de capital praticamente de mais do que o dobro do que receberam de dividendos. E com relação a... o senhor (*Ininteligível.*) contas... fraudadas, não sei bem...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – É balanço fraudado, o termo é este.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Não, mas o senhor falou das contas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sim... 652 empresas...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Inexistentes...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sim, estão comprovadas, todas falidas, algumas o banco tinha cobrado... iniciado com um processo de execução e tinha desistido.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Mas o Banco Central fez um... A Comissão de Inquérito do Banco central apurou, e eu não tinha conhecimento disso, o que faço questão de ressaltar, mas de que essas contas existiam, que não existia nenhuma conta fantasma, todos eram devedores, desde essa época de 90. Isso o Banco Central, a Comissão de Inquérito do Banco Central declara.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Então o senhor está atestando que todas as 652 empresas existiam? É isto?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – De que todas eram devedoras. É isto?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - É.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dr. Marcos Magalhães, só para refrescar a memória de V.S<sup>a</sup>.: a empresa Triton Comércio e Indústria de Óculos Ltda. no dia 11 de maio de 1992 manda uma correspondência ao Banco Central fazendo referência de um extrato de conta bancária que o Banco Nacional tinha encaminhado a ela sobre a existência de uma dívida. E ela mostrava que essa dívida já havia sido paga em data anterior e juntava, foi paga em juízo. E entre as 652 empresas a Triton, Comércio e Indústria de Óculos Ltda. está lá. Como é que o senhor explica isto?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Este caso, segundo eu apurei, já porque foi denunciado, eu procurei saber, o que havia era a cobrança de um valor residual, que ela realmente tinha sido... que ela tinha pago a operação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Que ela tinha pago, então?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Tinha pago, mas existia um crédito...um débito residual, uma coisa inexpressiva.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dr. Marcos Magalhães, vamos voltar para o dia 18 de novembro de 1995, aquele sábado em que o senhor terminou tendo conhecimento de todas essas dificuldades. Esse dia é um dia muito interessante. No dia 18 de novembro, o senhor manda correspondência ao Banco Central pedindo o RAET. No dia 18 o Banco Central acolhe a correspondência, decreta o RAET, através do voto do Banco Central. Nesse mesmo dia 18, já o Banco Nacional RAET





firma um contrato com o Comitê do PROER para fazer um empréstimo, um contrato de empréstimo. Nesse mesmo dia 18, o Banco Central elabora um voto, um voto de (*Ininteligível.*) 467/95-B, em que determina que o Banco Nacional compraria títulos do FCVS, do Fundo de Compensação de Variação Salarial, com um deságio de 50% de seu valor de face. No mercado, naquela época, o senhor tem noção de qual era o deságio desses papéis?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. O verdadeiro deságio eu não tenho certeza qual seria, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – No inquérito, só para lembrar um pouco mais para V.S<sup>a</sup>, já que essa data é uma data muito importante em face dos vários atos aqui identificados, está comprovado de que 35% do valor do deságio foi pago com recursos cedidos pelo Banco Central, emprestados; e 15% foi pago com compulsórios futuros que os bancos vendedores dos FCVS ao Nacional seriam compensados. O senhor confirma essa operação?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Perdão, se eu o quê?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Se o senhor confirma.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Essa operação foi feita pelo RAET com o Banco Central, eu não tive conhecimento da operação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Embora tenha sido no mesmo dia em que o senhor esteve no Banco Central protocolando a correspondência?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, eu não estive no Banco Central nesse dia protocolando.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Mandou por fax?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Mandei por fax.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Uma operação desse tamanho, com esse volume todo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não é uma operação, eu pedi apenas o RAET. Isso tudo que V.Exa. se refere foi feito pelo RAET com o Banco Central. Eu não participei de nada disso. Não participei e não tive conhecimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dr. Magalhães Pinto, no dia 14 do 11 de 1995, quatro dias antes de todas essas operações, Dr. Roberto Konder Bornhausen e o Sr. Pedro Moreira Sales comunicam ao Presidente do Banco Central, Sr. Gustavo Loyola, que estava sendo feita uma série de negociações entre o UNIBANCO e o Nacional. O senhor acompanhou essas operações e negociações?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu tive conversas com eles sobre... o que se examinava na época era uma fusão entre os dois bancos. Então, até aí, eu tive conversas com eles.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – E nessas tratativas, evidentemente, Dr. Magalhães, que o senhor, como um banqueiro conhecedor de mercado, sabe que as coisas não são feitas num sábado. Todos nós sabemos. O sábado foi somente para homologar. Não vamos nos iludir. O PROER foi criado por uma resolução do Banco Central. Ao contrário do PROES e de outras medidas, foi por medida provisória. É um ato interno do Banco Central, e estão inclusive sendo discutidas em juízo essas questões. E nesse mesmo sábado, dia 18, o UNIBANCO vende já ao Nacional RAET o valor de 882 milhões e 401 mil reais de FCVS naquele valor de face. O senhor sabia desse montante de recursos na mão do UNIBANCO?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Qual a importância?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Oitocentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e um mil reais.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, mas essa operação, Deputado, eu não tomei conhecimento. Não foi só o UNIBANCO que vendeu, vendeu o BRADESCO, vendeu o Itaú, vendeu o real, vendeu o UNIBANCO, vendeu o BCN. Todos venderam títulos. Isso eu fiquei sabendo depois. Mas, no dia, o único ato meu foi mandar a carta para o Banco Central pedindo o RAET. Essas operações.... isso tudo eu não tomei conhecimento. Foi já com a administração, com o Conselho do RAET com o Banco Central. Eu não participei de nada disso e nem tive conhecimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dr. Magalhães Pinto, depois, agora, quando os peritos do Banco Central, os peritos da Polícia Federal, os peritos da Justiça Federal, todos já identificaram a fraude, que vem desde 1990, temos um laudo pericial em que aborda essas questões, todos comprovam que 90, 91, 92, 93, 94, 95 até outubro o Banco fraudou o balanço. O senhor continua afirmando que isso era um risco sistêmico?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Isso eu não falei que é risco sistêmico. Eu disse o seguinte, que o problema de liquidez que poderia levar o Banco a uma intervenção poderia gerar um risco sistêmico. Isso é o que as autoridades falavam.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – E o senhor acha que uma fraude continuada...



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Mas que não repercutia, eu não tinha conhecimento disso e eu estava à frente do Banco... Quer dizer, à frente... Eu estava... era o presidente do Banco.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – O senhor está movendo alguma ação contra os dois administradores que o senhor declarou que eram responsáveis pela fraude aqui ou não?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Não move nenhuma?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – O senhor não acha que é muita benevolência de um banqueiro que quando um indivíduo não paga uma conta, no dia seguinte — ele está cobrando em juízo o pagamento — não ter feito nenhuma ação contra seus administradores que praticaram uma fraude de 5 bilhões e 367 milhões e 941 mil 632 reais e 55 centavos num banco? O senhor acha que essas coisas não precisaria ser tomada nenhuma medida?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu acho o seguinte, eles já foram afastados, quer dizer, não... Mas acho que hoje o problema é mais com o Banco Central e o UNIBANCO, não com eles. O Banco Central, que fiscalizava permanente o Banco Nacional, nunca nos apontou, nunca chegou ao meu conhecimento que tinha esses problemas. A própria empresa de auditoria externa nunca levantou isso, nunca nos comunicou que havia isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dr. Magalhães Pinto, essa afirmação de V.S<sup>a</sup> é idêntica a nós dizermos que o delegado que prendeu o traficante é que é responsável pela cocaína apreendida, e, não, o traficante. O Banco Central fez, Dr.



Magalhães Pinto, depois de uma série de atos de omissão e declarado aqui por vários administradores do Banco, do Banco Central, inclusive pelo Dr. Cláudio Mauch, de que esse é um caso de vergonha para o Banco Central, para não dizer de conivência — quem diz “conivência” sou eu. No mínimo, Dr. Magalhães Pinto. Nós sabíamos que se a direção do Banco não tivesse conhecimento dessa fraude, o primeiro ato era tentar responsabilizar os seus administradores, como faz quando tem uma diferença de caixa, quando tem um cheque pago sem fundo, quando tem aquelas medidas todas que nós conhecemos, que o banco sempre praticou, inclusive o Nacional.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É, mas, Deputado, eu só fui tomar conhecimento disso depois do RAET. Eu não tinha conhecimento desses fatos. Depois de apurados, e havia relatório da Comissão de Inquérito do Banco Central, é que fui tomar conhecimento desses fatos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dr. Magalhães Pinto, no dia 20/11/1995, a segunda-feira — 18, sábado, 19, domingo, 20, segunda —, o Banco Nacional, já sob o sistema de RAET, firma um crédito rotativo de 4 bilhões 190 milhões de reais com o Banco Central. Esses recursos todos são recursos do Banco Central. Eu pergunto a V.Sa.: quanto é a dívida do Banco Nacional em liquidação hoje para com o Banco Central em face das operações do PROER? O senhor tem noção?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** - Os valores hoje eu não posso dizer com convicção quanto é não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dr. Magalhães Pinto, os peritos, em abril de 2001, identificam o valor de 7 bilhões, 967 milhões, 392 mil, 118 reais e 70



centavos, valores de 31/12/2000 — só pra lembrar —, além de reservas bancárias a descoberto de mais 7 bilhões, 569 milhões, 799 mil, 343 reais e 41 centavos, um pequeno subsídio, porque, após o do banco liquidação extrajudicial, a massa passiva é reajustada apenas pela TR da pequena quantia de 14 bilhões, 757 milhões, 318 mil, 770 reais. É essa pequena operação que aquelas fraudes de operações de natureza 917 que ficou, durante os anos de 90, 91, 92, 93, 94 e 95, os cofres públicos estão sendo obrigados a cumprir, Dr. Magalhães Pinto, e que V.Sa., como controlador do banco, até hoje não sabia e nem tampouco ajuizou uma única ação contra aqueles que o senhor nomeou para acobertar esses atos. Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Magalhães Pinto, eu queria iniciar essa argüição, perguntando ao nosso depoente o seguinte: eu li um resumo da CPI do Senado. Eu queria saber o seguinte: o senhor depôs na CPI do Senado?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não depus, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – E por que que o senhor, sendo insistentemente convocado na CPI do Senado, não foi depor?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, eu não fui insistentemente convocado. Quando me convocaram eu tinha acabado de sofrer uma cirurgia no pulmão. E os médicos me desaconselharam a viajar. Eu fiz uma carta, um atestado médico para o Presidente da Comissão dizendo da minha impossibilidade de viajar no dia marcado.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O senhor estava no exterior nesse período?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, eu estava aqui no Brasil.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Quem falou insistentemente é o relatório da CPI, não é afirmação minha. É afirmação do relatório da CPI.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não foi insistentemente. No dia marcado eu expliquei que ...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Sim, mas o que dá a entender ali é que novos convites foram feitos ao senhor, e o senhor não compareceu. Os outros compareceram. Tem os depoimentos do Sr. Andrade Vieira, do Sr. Ângelo Calmon de Sá. O único depoimento que não consta na CPI do Senado é do senhor. Naquele momento havia algum problema para o senhor depor, a não ser o seu problema de saúde?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Foi um problema de saúde, então, que o impediu de depor?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Problema de saúde. Foi.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Agora o senhor está tranqüilo pra depor aqui?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Estou, graças a Deus, com saúde.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Dois anos depois.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Com a saúde estou bem.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Perfeito. Então, eu queria perguntar o seguinte ao senhor: o senhor era proprietário de um dos maiores bancos privados do País, o Banco Nacional. Ele ocupava, naquele momento, quantos por cento do capital bancário? Qual é o tamanho do UNIBANCO em relação ao conjunto? O Sr. Ângelo Calmon de Sá declarou aqui que o banco dele representava 3% do capital bancário, né? O Nacional representaria quanto aí nisso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Ah, nunca fiz essa conta, eu não tenho idéia.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O senhor não tem idéia do posicionamento do seu banco em relação ao conjunto do capital bancário naquele momento?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O que eu posso dizer é o seguinte: devia ser o quarto.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O quarto banco?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Quarto banco.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Pergunto isso porque o Governo sempre diz que, uma vez não socorrendo os bancos, o que nós entendemos como um socorro aos banqueiros — e aí é um problema de ponto de vista que eu vou lhe afirmar —, haveria um risco sistêmico. Então, é óbvio que se o banco não tinha essa importância... Veja, o Banco Econômico é 3% do mercado. O senhor pode dominar um pouco mais? O senhor acha naquele momento?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Acho, claro.





**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Perfeito. Eu queria entender assim: como o senhor vê a compra do Banco Nacional, tendo um banco, o senhor acha que o banco, o UNIBANCO fez um bom negócio?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Acho que fez muito bom negócio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E por que que o senhor... como é que o senhor entende o fato de que o UNIBANCO tenha pago um deságio de 300 milhões, é isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Ágio?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Ágio, aliás, de 300 milhões?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – De 300 milhões?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – É, apenas. O senhor achou baixo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Muito baixo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – E por que que o senhor aceitou?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Porque isso foi negociado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Foi imposto, então, pelo Banco Central?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foi o Banco Central que negociou, doutor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Mas, o senhor, na avaliação do senhor, isso foi uma facilitação para o UNIBANCO?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Acho que foi.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O Banco Central agiu para empurrar o mais rápido possível e ...



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não sei se empurrar. Eu sei o seguinte: que esse valor é muito baixo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Quanto o senhor avaliaria um ágio para a marca do Banco Nacional naquele momento?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Acima de 1 bilhão, quer dizer, acho que chegaria a mais de 1 bilhão e meio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Então, digamos assim ...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Pela rede.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Então, digamos assim que, pelo balanço do senhor, o Banco Central e o Tesouro perderam no mínimo 700 milhões de reais nessa transação com o UNIBANCO?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Quem perdeu foi o Banco Nacional, né, que ficou com problema.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Mas quem bancou ...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Uma parte do Banco Nacional hoje sob liquidação deixou de receber isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Sim, mas quem bancou o prejuízo do PROER foi o Tesouro, foi a viúva. Não foi o Banco Nacional.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, o PROER parece que são as, como chama, a reserva bancária, né?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Essa é outra discussão.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É uma discussão.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – A discussão da reserva bancária e do FGC eu nem quero fazer com o senhor nem com nenhum outro banqueiro que



venha depor, porque isso é uma questão de interpretação para o Banco Central. Não tem nada de reserva bancária. O FGC tinha 160 milhões e emprestou 3 bi para o BAMERINDUS. Não tem isso. Isso aí é conversa do Sr. Pedro Malan, do Sr. Loyola pra dizer pra mídia e pra sociedade que o Governo não foi socorrer banqueiro. Mas foi. É outro problema. Não quero discutir isso aqui, eu quero discutir o seguinte: o senhor já respondeu ao Deputado Temer e ao Deputado Pimentel, o próprio Relator perguntou sobre a fala do Sr. Gustavo Loyola a respeito das fraudes do Nacional. Eu não quero... Nós podemos aqui, inclusive citar o que está colocado como problemático no Nacional, num período que vem desde 1988. Foi citado pelo próprio Presidente do Banco Central, contas fantasmas, contas de pequenos clientes que não sabiam que tinham tomado empréstimos volumosos ou que haviam deixado de operar no banco e etc. O problema principal, Dr. Magalhães Pinto, é o seguinte: o Presidente do Banco Central disse que houve fraude nesse período todo, reconhece a culpa do Banco Central pela incapacidade de fiscalização, isso é público e notório, não é? Eu queria entender o seguinte: o senhor acha que não tem nenhuma responsabilidade nessa questão como Presidente do Banco, como controlador principal do Banco? O senhor não tem nenhuma responsabilidade nisso? E também eu queria saber o seguinte: quem se beneficiou disso durante esse período todo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu não tive conhecimento disso, conforme falei. Eu nunca tive conhecimento.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – De que havia problemas?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Problemas. Sabia que nós tínhamos um problema de inadimplência, mas que era um problema de todos os bancos no mercado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Quer dizer, o senhor não assume nenhuma responsabilidade nisso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Nenhuma?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nesse caso, nenhuma.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Mas o senhor está sendo processado?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Estou.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Está certo. Por que que o senhor acha que está sendo processado? Qual é o central da acusação que fazem ao senhor nesse processo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu sou processado como todos os administradores.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Mas qual é acusação central que lhe fazem no processo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É de... Acho que a central é maquiagem do balanço. E são várias outras.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – São essas que eu estou citando aqui para senhor e que o senhor está falando que é absolutamente inocente.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O senhor está... Presta atenção no raciocínio, Sr. Marcos Magalhães. O senhor está falando que é absolutamente



inocente, que o senhor e o Banco Nacional não se beneficiaram dessas irregularidades durante dez anos. No entanto, o senhor entende que haviam dirigentes do banco, o senhor citou aqui, o Sr. Arnaud, o Sr. Clarimundo, que eram detentores de informações privilegiadas e que sabiam disso tudo. E o senhor respondeu ao Deputado Pimentel que não move nenhuma ação contra eles, mesmo depois que o senhor passa a ser publicamente acusado e execrado. Com todo o desgaste que aconteceu, o senhor não se digna a mover um processo contra essas pessoas que sujaram o seu nome na praça, que levaram o banco à bancarrota. Eu queria entender esse processo sinceramente.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Deputado, esses dois ex-administradores também estão sendo processados. Nós estamos no mesmo barco, quer dizer, eu estou sendo processado junto com eles.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Sim, mas, espera um instante. Está comprovada que há fraudes, há balancetes fraudados, há um processo. E o senhor falou: “Eu não tinha conhecimento conhecimento, porque eu estava lá em cima.” Mas eles que estavam no comando, têm o conhecimento. Alguém tem que ter. O Banco Central vai lá e manda um... o Banco Central mesmo enviou ao Ministério Público um processo através do Ministro Pedro Malan. Alguém tem que ser responsável. Se o senhor diz que não é, eles são. Se eles são, o senhor não os processa por uma causa tão grande, isso é que acho que a CPI quer saber, porque nós não podemos ouvi-lo na CPI do Senado há mais tempo pelas razões ditas no começo. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouco isso.



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – No processo, o que eu pretendo provar é que não só eu, como os controladores do banco, e acredito que alguns outros diretores, não têm nada a ver com isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Os controladores?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Mas os executores de política, o Sr. Arnaud e o Sr. Clarimundo... eles são controladores também?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não. São administradores.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Administradores. Estou falando desses daqui.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Mas o processo é que vai dizer, Deputado, que...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O processo independe, Dr. Magalhães. Veja o seguinte: o desgaste da sua imagem, a bancarrota do seu banco, não seria um motivo suficiente, já que o senhor é inocente, estava por fora, para o senhor moveu uma ação contra esses cidadãos que fraudaram balancetes, que levaram o seu banco à bancarrota e levaram a sua imagem à bancarrota? Não seria um motivo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Aí eu não sei. Antes eu tenho que ver com os meus advogados, porque eu não ... Não sei nem o que adiantaria eu fazer ...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Ou é por que o senhor tinha uma estreita relação com esses dois cidadãos que eram de absoluta confiança sua?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – E o senhor, então, evidentemente não vai processá-los. Os senhores vão fazer na imprensa e na Justiça um certo jogo de empurra, que alguém tem que ser responsável por isso.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Claro.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Uai!

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Isso vai ser provado na Justiça.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O senhor espera, então, que com bons advogados o senhor se safe dessa questão aí?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Espero que se faça justiça.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Que se faça justiça?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Também espero, Dr. Magalhães Pinto. Eu também espero. Eu sei que tem bons advogados. Eu queria fazer uma outra pergunta ao senhor o seguinte: o Banco Econômico sofreu intervenção em agosto de 95. O Banco Nacional sofreu o RAET. E, depois, através do mecanismo do PROER, em novembro de 95, foram poucos meses de diferença. Nesse período, o senhor, ou os controladores da sua família, encontraram com o Presidente da República, o Sr. Fernando Henrique Cardoso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Nenhuma vez?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nenhuma vez.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Sua família não tem nenhum contato com a Presidência da República?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nenhum contato.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Não houve nenhuma preocupação com isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Quando eu achei que tinha que tratar desse assunto com o Governo, eu tratei com as autoridades monetárias. Nunca pensei...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – No caso o Presidente do Banco Central ou o Ministro Pedro Malan?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, o Presidente do Banco Central.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Diretamente?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Diretamente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Na sua fala, o senhor disse o seguinte: que, antes de haver a medida, o RAET, e a intervenção do Banco Central, via PROER, e a viabilização do UNIBANCO, o UNIBANCO propôs ao senhor uma fusão e o Banco de Boston propunha a compra do banco. O senhor pode precisar quando foi feita essa proposta, as duas? Em que período isso aconteceu?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Quando?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Quando? Quando o UNIBANCO se reuniu com o senhor, o senhor falou que não caminhou... nas respostas que deu aos outros Deputados, o senhor disse que não caminhou essa questão. Quando?





**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Data precisa eu não sei, mas...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Mais ou menos.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – No mês de agosto de 95, de 1995.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Agosto. Na época em que o UNIBANCO, que o Banco Econômico sofreu...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foi depois, não é?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Foi depois, então?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foi.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Então, foi assim, um mês antes, dois meses antes, né?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Digamos vinte dias, um mês depois, porque o Econômico foi dia 11 de agosto, parece.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Exatamente.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foi depois.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Foi depois disso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Depois disso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Então, eu posso dizer, em média, inclusive para o nosso Relator registrar, que apenas dois meses antes, mais ou menos, ou até menos, um mês antes, o senhor estava em negociações com o UNIBANCO para uma fusão. O senhor mesmo disse, eu ouvi bem, em condições praticamente iguais: 50%.



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É, era o que se imaginava sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Exatamente. Então, apenas um mês antes. Um mês depois, um mês depois a parte boa, o seu banco, o Banco Nacional, é vendida por um 1 bi, é isso, né? Aliás, a parte boa valia quanto naquele momento? A parte boa do UNIBANCO, o senhor lembra?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Do UNIBANCO?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Do seu banco, do Banco Nacional, aliás.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Aí não é a parte boa, eu penso no banco como um todo, não é?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Não, porque, no processo do PROER, assim como também no BAMERINDUS, foi dividida entre parte boa e parte ruim. A parte boa era adquirida pelo comprador. O Banco Central facilitava isso, inclusive através de um mecanismo que eu vou citar aqui em seguida, tá certo? E a parte ruim ficava com o Banco Central, fazer o abacaxi. O que eu quero dizer ao senhor é o seguinte: em apenas um mês o senhor estava numa condição de fazer uma fusão que podia ter um impacto, me parece, qualquer fusão bancária, pelo que eu acompanho pela imprensa, quando acontece uma fusão bancária desse tipo, o mercado fica eufórico inclusive, não é isso? Então, isso seria um acontecimento auspicioso para o mercado. É... Apenas um mês antes, no mês seguinte, o Nacional vai à bancarrota, é comprado pelo UNIBANCO e é criado um mecanismo especial do dia pra noite, na calada da noite, de sexta pra segunda-feira, pelo Banco Central pra evitar isso. Como é que o senhor explica isso? O senhor tinha duas propostas,



inclusive tinha proposta de compra pelo Banco de Boston. Como é que aconteceu isso aí? Explica um pouco aí.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Esses entendimentos... Não foi um mês antes, acredito que dois meses antes do RAET. E conforme V.Exa. está dizendo que o mercado receberia muito bem, isso virou manchete no jornal durante praticamente todos os dias. Se falava na fusão Nacional/UNIBANCO.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – E era esse o termo? Fusão mesmo que aparecia na imprensa?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Fusão. Saía fusão.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Em condições iguais inclusive? Próximas ainda?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não se noticiava o tipo de condições, mas se falava na fusão. O que acabou também nos prejudicando, porque eu ficava falando fusão, ou na fusão, e não saía a fusão. E a coisa aí, o poder de liquidez veio com mais gravidade e nós tivemos, então, que chegar a essa situação de ir para o RAET.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – E por quê?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Problema de liquidez.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Isso foi um raio em céu azul, então?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Porque o senhor não reconhece que havia problemas de dez anos atrás que vinham se acumulando. O senhor tinha uma proposta de compra do Banco de Boston, o senhor queria negociar em condições iguais com o UNIBANCO e, de repente, o banco entra em crise de liquidez



acelerada. Quer dizer, o banco era tão sólido que um boato de mercado era capaz de detoná-lo, é isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO – É.**

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – É isso que acontece?**

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO – O falatório no mercado...**

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Apenas isso detona?**

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Notícia nos jornais, a própria notícia que eu comentei com V.Exa. da fusão. A melhor notícia sobre o banco é a notícia que não sai. Que o banco vive da confiança do público. Então, se você é objeto de falatório tanto tempo, acaba chegando a esse...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE –** O senhor não acha que o senhor foi beneficiário com um banco que, naquele momento, estava insolvente de dinheiro subsidiado e foi socorrido por um banco que criou um verdadeiro fundo perdido, o PROER? O senhor não se julga privilegiado por isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Que fui beneficiado?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE –** É, o seu banco estava insolvente, vem dinheiro subsidiado — porque os juros que são pagos pelo PROER são juros altamente subsidiados — por um fundo... Quer dizer, o senhor se julga privilegiado pela salvação?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Não, privilegiado em quê? Perdemos o banco, os bens indisponíveis.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE –** Se não houvesse a intervenção do PROER, como é que ia ficar a sua situação?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Ia ficar muito difícil.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Pior do que está?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, o RAET, não é? Eu diria o RAET.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – E a providência tomada em seguida, subsidiar o comprador, os juros, etc., o banco, o UNIBANCO, isso tudo foi feito por fora, não foi feito pelo senhor, concorda? O senhor vinha negociando com o UNIBANCO, mas, de repente, quem fez a negociação com o UNIBANCO foi o Banco Central.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O Banco Central.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O senhor já não tinha mais nada a ver.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nada.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Eu quero saber isso. Se o Banco Central não intervisse nessa condição, como é que ficaria a situação de vocês?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – A situação estava muito difícil, tanto ...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O que que aconteceu com o seu patrimônio, com a sua situação? O senhor não se julga privilegiado?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, em primeiro lugar, quero dizer o seguinte: o que que aconteceria com o banco? O que aconteceria com o País?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O País estaria do mesmo jeito, Dr. Magalhães Pinto.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Bom, isso aí é...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Essa história aí não cola. (*Risos.*)



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É o que as autoridades afirmam e os próprios especialistas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Aí estaria onde sempre esteve. Perfeito. Mas eu queria, ainda finalizando, perguntar o senhor o seguinte: olha, eu estou aqui com o relatório do Ministério Público, mandado pra cá, uma síntese, e ele traça um perfil do que aconteceu nesse processo de acerto entre o UNIBANCO e o Banco Nacional, até... então ... à publicação da resolução, e depois a intervenção via PROER. Esse Procurador, o José Leovegildo, Procurador da República, diz o seguinte: “Os dados acima apresentados conduzem à seguinte ordem de presunção: o Banco Central, anteriormente ao dia 18/11/95, data da decretação do RAET no Nacional, devia ter pleno conhecimento da situação de insolvência desse banco.” Pleno conhecimento. O senhor concorda com isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Que o Banco ...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Que o Banco Central tinha pleno conhecimento da insolvência do seu banco e ele podia ter intervindo a bem mais tempo do que interveio?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não acredito.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Quer dizer que a insolvência foi da noite para o dia mesmo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, foi nos últimos dias, ali perto de 18.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Raio em céu azul, não é? “Todavia, em face das negociações que estavam sendo tratadas com o UNIBANCO, deve ter acordado com as partes envolvidas, Nacional e UNIBANCO, para que os atos



referidos nos subitens, 1.2 e 1.5, supra, que diz o seguinte: “A diretoria do BACEN aprovou um voto autorizando ao Conselho Diretor do RAET somente fossem apresentados e implementados após a publicação da Medida Provisória 1.182, de modo a permitir um enquadramento da operação nas disposições desse ato legal.” Bom, diz aqui o Procurador: “Tal conclusão decorre dos seguintes fatos: não é crível que, num sábado, se pudesse tomar conhecimento de uma edição extra do Diário Oficial, e com base numa medida provisória nele publicada, fossem praticados os seguintes atos: o Presidente do Banco Nacional apresentar pedido de decretação do RAET, o BACEN analisar o pedido e decretar o regime solicitado e, em seguida, o Presidente do UNIBANCO tomar conhecimento da MP e do ato de decretação da RAET, preparar proposta de aquisição de parte do Nacional, já dentro das novas normas, e apresentá-las ao Banco Central. Este, o Banco Central, recebera a proposta do UNIBANCO, reunira a sua diretoria, analisara a proposta e deliberara sobre a mesma, determinando todas as diretrizes a serem seguidas, inclusive com análise dos valores que envolvem a operação que certamente demandavam análises dos setores técnicos da autarquia do Banco Central. Também pesa, para essa conclusão, o fato de que o Banco Central havia determinado, naquela oportunidade, que o Nacional adquiriria créditos do BRADESCO, do Itaú e do UNIBANCO perante o FCVS. Se se tratasse de uma situação que o BACEN somente tivesse tomado conhecimento naquela data, como poderia ele saber que essas instituições tinham a disponibilidade de tais créditos nos montantes que foram negociados e que desejavam ser deles com deságios de 50% do valor em face dos mesmos.” O que o senhor tem a dizer sobre isso, Dr. Magalhães Pinto?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O que eu posso dizer é o seguinte: da minha parte, o que eu fiz foi apenas pedir o RAET.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O resto, o Banco Central foi um pai para o UNIBANCO e para o senhor. É isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não foi um pai.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Quer dizer, vocês compram...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Essa medida não foi...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Vocês vendem com deságio de 50 e depois recebem pelo valor de face. É isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Mas o PROER já foi aplicado em vários outros bancos depois disso. Então, não acredito que tenha sido pra nós.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O que o senhor está dizendo não foi pai só para o senhor, depois ele foi para o BAMERINDUS também.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, pra nossa certamente não foi. O que nós fizemos foi fazer um RAET, pedir o RAET.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Perfeito. Eu queria só fazer uma última pergunta aqui que me ficou aqui na... Entre umas irregularidades que foram citadas nesses relatórios, queria dizer ao senhor o seguinte: está uma que é considerada uma fraude. O Nacional criou uma empresa no Paraguai, o INTERBANCO. O senhor confirma isso? Existia uma empresa?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Uma empresa não, um banco.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – O INTERBANCO?





**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO – É.**

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE –** E tinha mecanismo, foi usado para mandar divisas para esse banco no exterior, no Paraguai, no caso? O senhor sabe?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Que mecanismo que era usado para mandar dinheiro?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE –** Isso. Que tipo de conta foi utilizada?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Pra criar o banco?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE –** Não, para mandar recursos daqui para o Paraguai pra esse banco.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Não, se tivesse ...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE –** O senhor confirma que foi feito por intermédio das contas CC-5?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Essas contas funcionavam pra qualquer país, não é?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE –** Mas foram feitas pela conta CC-5. O senhor confirma, não é?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** CC-5 é uma conta... a Carta Circular nº 5, do Banco Central, cujas operações são todas feitas, registradas no Banco Central. São contas que qualquer banco faz.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE –** E por que os bancos usam muito essa conta? O senhor sabe me dizer?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** São remessas para o exterior, vindas de dinheiro do exterior também, recursos... vir, formalmente, pelo Banco Central. Vir e ir.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Perfeito. Finalizo só perguntando o seguinte: o senhor é testemunha de que o Banco Central entrou com recursos para vender o Banco Nacional ao UNIBANCO. O senhor concorda com essa afirmação?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Concordo. O PROER não tem dúvida.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É um mecanismo utilizado para isso. E essa dívida que o senhor tem com o seu banco, ainda tem com o PROER, pretende pagar como?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Essa dívida está garantida com o título FCVS.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor tem uma dimensão de quando... Só para lhe apresentar uma questão, o ex-Controlador do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, disse que praticamente ele está livre da dívida dele, porque ele ficou com títulos da dívida pública, que valorizaram uma barbaridade, então, ele está fechando contas, está liquidando. No seu caso, qual é a sua situação? O senhor deve quanto e quanto é que o senhor pretende...? E através de que mecanismo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Ele tem títulos cambiais.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não é o seu caso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não é o nosso caso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O seu é FCVS?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – FCVS. Eu não tenho a menor idéia de quanto isso pode acontecer. Não faço idéia. Acredito que demore.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Perfeito, Presidente. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Concedo a palavra ao próximo Parlamentar, Ricardo Berzoini. Mas antes, eu gostaria de convidar o Deputado João Carlos Bacelar para ocupar momentaneamente a Presidência, em função de convocação para votação da instalação de uma Comissão Especial de uma Emenda Constitucional. Pediria a V.Exa., por alguns instantes, assumir a Presidência. Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sr. Presidente, Sr. depoente, gostaria de, em primeiro lugar, abordar essa questão da operação que foi feita já sobre RAET, da aquisição de títulos do FCVS pelo Banco Nacional, sob intervenção. No meu entendimento e no entendimento dos peritos que fizeram uma auditagem numa ação popular, movida por mim, quando Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, contra o PROER — inclusive, na época, conseguiu-se suspender o PROER por cerca de doze dias, depois a liminar acabou sendo suspensa —, é que houve uma operação, quer dizer, foi montada uma equação para ampliar as garantias que a chamada parte ruim do Banco Nacional teria frente aos empréstimos do PROER. A operação é basicamente a seguinte: títulos do FCVS, que estavam no balanço de vários bancos, lançados parcial ou totalmente como prejuízo. O senhor citou BRADESCO, Itaú, Real, UNIBANCO...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – BCN.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – BCN. Nossa Caixa, Nosso Banco, me parece, também comercializou **a posteriori**, não foi na mesma época. Esses bancos venderam títulos que estavam lançados, muitos deles com prejuízo total, portanto, tinham já para o banco, para efeito de balanço, valor zero, esses títulos foram adquiridos pelo Nacional, sob intervenção, por 50% do valor de face, gerando



um lucro extraordinário, que foi registrado no balanço desses bancos assim que fechou o semestre. O senhor não entende que nesse caso houve um benefício, uma operação montada pelo Banco Central com o objetivo de beneficiar o Banco Nacional sob intervenção, que pode, ao final, ter ou o seu saldo positivo ampliado, ou o seu saldo negativo reduzido por conta dessa operação?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Deputado, essa operação foi feita pelo Banco Central.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Mas eu estou pedindo uma opinião sua em relação a isso.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Sei. Agora, esses bancos são beneficiados também. Esses cinco bancos que eu nomeei.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Sim.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eles estavam em prejuízo, quer dizer, foram comprados os títulos que geraram lucros para esses bancos. Parece que não houve exigência durante algum tempo daquelas operações obrigatórias no Sistema Financeiro de Habitação...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Só uma estimativa de 15 bilhões que não estão no mercado. Até hoje esses bancos não estão cumprindo as exigências. Algo em torno de 15 bilhões de reais que deixam de ser aplicados nos programas habitacionais, na caderneta de poupança e outras fontes de captação vinculadas ao SCVS por conta dessa permissão que o Banco Central deu. O senhor concorda, então, que houve um benefício a esses bancos? Mas no seu entendimento não houve um benefício ao Banco Nacional.



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu não sei avaliar bem qual era o deságio desses títulos na época. Eu sei que o Banco Nacional..., quer dizer o RAET comprou por 35% do valor.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Comprou por 50% no geral, sendo que 35% em caixa e 15% por desobrigação de compulsório.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foi o que eu entendi.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Mas no seu entendimento não houve benefício. São títulos que no mercado, na época, quem quisesse comprar, se chegasse junto a um desses bancos com 30% do valor de face, compraria. Eu sou bancário, na época, atuante mais do que hoje na área bancária, eu tinha conhecimento de que era possível comprar. Não é um título facilmente negociável. Mas era possível comprar títulos dessa natureza em torno de 30% do valor de face. Como o Banco Central montou uma operação que resultou no valor de 83% do valor de face, segundo declaração do Sr. Gustavo Loyola nesta Comissão, para o balanço do Banco Nacional, sob intervenção, significa que se pagou mais do que valia, portanto, houve um benefício aos bancos devedores, e que o Nacional, sob intervenção, teve um benefício de mais 33% sobre os 50% que valeria, digamos, para aquisição, para efeito de valor, um benefício maior ainda.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Deputado, segundo o seu raciocínio, esses títulos valiam na época 30%.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Cerca de 30%.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O Banco Nacional pagou 35%.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O Banco Nacional pagou 50%, mas foi lançado pelo valor de face praticamente. Não é exatamente o valor de face, mas teve um benefício de 33% sobre o valor do custo de aquisição.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O que eu sei é que ele pagou 35%.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Sim. Mas qual é o valor para efeito do processo do PROER, ou seja, da apuração, da liquidação?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – O valor desses títulos?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Como foi contabilizado?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Isso eu não sei.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Oitenta e três por cento, confirmado nesta Comissão pelo Dr. Gustavo Loyola. Ou seja, houve um ganho por parte do Banco Nacional, sob intervenção, porque ele usou um dinheiro emprestado pelo Banco Central para comprar por um valor, e o Banco Central aceitou como garantia por um valor bem superior. Se o senhor estivesse examinando essa operação de fora, sem interesse nenhum no processo, me parece claro que houve um ganho.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Deputado, essa operação foi feita pelo Banco Central.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Eu sei. Eu estou pedindo sua análise.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu não quero entrar muito no mérito da operação, porque tudo foi feito pelo Banco Central. Nós não tivemos nenhuma participação.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor não quer emitir opinião sobre isso.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu prefiro não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Vamos mudar de assunto. Eu quero voltar a um ponto que o Deputado Pimentel e o Deputado Valente abordaram aqui anteriormente. O senhor, na época, era Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Eu era Presidente do Banco.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor era Presidente do Banco, do Conselho Diretor?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, do Banco.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Do Conselho de Administração?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Eu fazia parte do Conselho de Administração.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Descreva, por favor, qual era a formatação institucional do Banco. O Banco tinha um Conselho Diretor e um Conselho de Administração. É isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Tinha um Conselho de Administração e tinha uma Diretoria.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Isso. Conselho Diretor.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu era Presidente da Diretoria.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Da Diretoria.



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO – É.**

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI -** O Sr. Clarimundo exercia a função de Vice-Presidente?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Vice-Presidente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI -** O Sr. Arnaud também?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Perdão!

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI -** O Sr. Arnaud.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Arnaud.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI -** Arnaud.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO -** Também.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI –** Também.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Eram vários Vice-Presidentes.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI -** Vice-Presidentes. Eu conhecia essa estrutura. Inclusive tive a oportunidade de negociar com várias Vice-Presidências, na época, como dirigente...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Benedito Duarte.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI -** Benedito Duarte, que depois foi Presidente da FEBEM em São Paulo; a Dona. Eliana Zen, que foi Vice-Presidente de Recursos Humanos e Administração, e outros. O Banco, evidentemente, além da auditoria externa, que era a KPMG que fazia, que por sinal continua auditando o Banco Nacional sob intervenção, estranhamente...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO –** Eu soube disso também.





**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - ...além da KPMG que fazia auditoria externa, o Banco Nacional tinha uma auditoria interna. O senhor, como Presidente do Banco, nunca procurou saber por que essa auditoria interna não detectou as fraudes praticadas pelo Sr. Clarimundo e Sr. Arnaud?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Não vinha a meu conhecimento isso.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Em nenhum momento, em todos esses anos, o senhor foi Presidente do Banco muitos anos...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Fui.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - ...como controlador. O senhor em nenhum momento (a auditoria) apurou nenhuma dessas operações?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nenhum caso. Nem a auditoria interna, nem a externa, nem o Banco Central.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor nunca tratou desse assunto com os Srs. Arnaud e Clarimundo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Nunca? Esse assunto nunca veio à tona?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nunca veio.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - No entanto, o senhor tem a impressão de que o Sr. Clarimundo e o Sr. Arnaud sabiam, porque tinham envolvimento mais cotidiano com a administração.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Só. Certo.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - E o senhor sabe da sua responsabilidade como administrador. Ou seja, muito embora o senhor pudesse não estar envolvido com o cotidiano do Banco, mas legalmente o responsável principal pelo Banco era o senhor.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - E o senhor, de fato, acha que o Sr. Clarimundo e o Sr. Arnaud agiram de maneira correta na relação...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - ...— deixa eu só completar a pergunta — na relação estatutária de diretoria, eles agiram de maneira correta, com suas obrigações perante o Presidente do Banco?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Não acho. Acho que eles deveriam ter levado o assunto ao meu conhecimento.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - No entanto, o senhor considera suficiente simplesmente o processo que corre contra eles pelo Banco Central.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eles estão sendo processados também.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor não acha que o senhor foi prejudicado, do ponto de vista material e moral, por esses dois cidadãos, entre outros que podem ter se envolvido com isso?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Fui prejudicado por tudo que aconteceu. Mas aí fomos vítimas também do noticiário de imprensa... Houve tanta coisa que colaborou para nos prejudicar e nos atingir.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - A deficiência de liquidez que o Banco Nacional tinha era coberta através de que mecanismo até o fatídico sábado? Através de empréstimos no Interbancário, as reservas bancárias...Como é que o senhor estava acompanhando esse processo nas últimas duas semanas? O senhor tinha relatório diário sobre isso? Sabia quem estava socorrendo o Banco?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu tinha notícias, me davam notícias de que ele estava socorrendo... Havia os bancos que participavam desse Interbancário que nos ajudavam. Eram doadores de recursos para o Banco.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor manteve contatos nesses dias por telefone com outros bancos pedindo ajuda?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. A nossa própria tesouraria fazia esses contatos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Diretamente. O senhor em nenhum momento conversou com o Sr. Lázaro Brandão, com o Sr. Roberto Setúbal?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Nunca.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Nunca conversou?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Sobre esse problema de liquidez, nunca.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Nesses dias o senhor conversou sobre a situação do Banco com as pessoas?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Também não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Também não?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal socorriam o Banco Nacional?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Socorriam.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Eram importantes nesse processo ou eram secundários?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Eram importantes.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Eram importantes?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eram.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Na quinta e na sexta-feira esses bancos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, deixaram de socorrer ou continuaram socorrendo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Continuaram socorrendo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Até a sexta-feira?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eles e acho que outros bancos também.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Quando que o senhor concluiu que não tinha como superar a crise de liquidez e, portanto, precisava pedir a RAET?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foi na sexta-feira.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Na sexta-feira, ao final do dia?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Na sexta-feira. Pela situação do que ocorreu durante o dia, eu vi que segunda-feira ia ser...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Houve um volume de saques muito grande?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Muito grande. Eu acho que até teríamos dificuldades em obter recursos no Interbancário.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Então na sexta-feira o senhor tomou a decisão e comunicou ao Banco Central...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – No sábado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Foi na sexta ou no sábado? O senhor tomou na sexta e formalizou no sábado?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Perdão. Na sexta-feira, eu cheguei a essa conclusão. No sábado, o Presidente do Banco Central, o Sr. Gustavo Loyola, me ligou dizendo que queria fazer o RAET, porque ele tinha conhecimento da situação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Antes de o senhor pedir, ele disse que ia fazer?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Eu tinha falado com ele que a situação estava insustentável.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor falou na sexta?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Falei na sexta-feira.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Na semana toda o senhor manteve contato com o Banco Central ou só na sexta? O senhor se recorda?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Devo ter tido alguns contatos, mas...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Na sexta o senhor comunicou que a situação era grave?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Exatamente.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - E no sábado ele lhe telefonou...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – No sábado ele me comunicou que iria fazer o RAET.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Nesses dias o senhor não teve contato com o UNIBANCO?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Não tive.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Nenhum contato?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nenhum.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - E ele, ao comunicar que ia fazer o RAET, não falou que estava já em contato com o UNIBANCO...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não falou.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - E ele lhe sugeriu que o senhor pedisse o RAET?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Ele sugeriu que eu fizesse uma carta pedindo o RAET. Achava que ficava melhor.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor passou um fax...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Fiz a carta e mandei um fax.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - ...um fax para o Banco Central, em Brasília, para que procedesse ao RAET?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor teve algum contato com o UNIBANCO posterior a esse fato, ou não houve contato nenhum?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nunca mais.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O UNIBANCO lhe propôs uma sociedade ou fazer um processo de fusão.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Fusão.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Qual foi o motivo que não prosperou a negociação: foram valores, ou o UNIBANCO fez alguma auditoria prévia para...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Chegou ao ponto em que o próprio Banco Central nos afastou das negociações.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O Banco Central afastou o UNIBANCO?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Nos afastou, o Banco Nacional.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Como que foi esse processo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Simplesmente não tivemos mais contato com o UNIBANCO. Ele falou que ele conversaria e tal...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Isso foi quando?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Ah, isso... Acho que uma semana.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O Banco Central entrou no processo de: “o senhor pode deixar que eu acerto”?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – É.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor acha normal isso? Essa situação?



**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Fica fora. Eu não sabia o que estava acontecendo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - E o senhor se resignou, não avaliou que precisava...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não podia fazer nada.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - ...fazer um contato com o Ministro da Fazenda para entender aquele processo?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Eu não procurei.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor perdeu o seu Banco, uma família tradicional de banqueiros perdeu o seu Banco. O Banco Central operou, ao que tudo indica, no processo, já tendo em vista a solução via UNIBANCO; havia uma crise de liquidez que, no meu entendimento, acompanhando na época o processo como um todo, poderia ser superado com um RAET...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Poderia.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** -...com o Banco aberto para posterior solução dos problemas e a eventual devolução aos controladores ou a venda ao controlador. E, no entanto, o senhor não se julga prejudicado e não...

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não. Julgo prejudicado, porque se tivesse feito essa operação do RAET isso nos daria tempo inclusive de negociar o Banco, sem nenhum problema de PROER, nem, nada disso.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Não lhe parece uma decisão arbitrária da autoridade monetária, que beneficia um determinado banco, que da noite pro dia praticamente duplica a sua rede de agências, duplica a sua base de correntistas, alcança um padrão que lhe permite sonhar disputar com o Itaú ou





BRADESCO. A autoridade monetária faz essa negociação, o afasta do seu legítimo direito de negociar e entrega para o UNIBANCO. O senhor perde o Banco, descobre que dois executivos seus vinham há muito tempo talvez coordenando uma rede de fraudes dentro do próprio Banco, e o senhor não toma atitude contra o Banco Central, não toma atitude contra os seus executivos, não lhe parece que os banqueiros... A gente sabe que os banqueiros brigam muito pelos seus direitos. Eu, como dirigente sindical bancário, sei disso melhor do que ninguém. Os banqueiros brigam por centavos no tíquete-refeição dos bancários, os banqueiros brigam por dívidas de pequeno porte que um cidadão deixa de pagar, e o senhor se resignou: “olha, infelizmente, não tinha outro jeito.”

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Naquele momento, o que eu podia fazer, Deputado?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor tomou alguma atitude contra a KPMG?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Porque a KPMG recebeu para auditar o balanço do Banco e para localizar, tanto em benefícios dos controladores quanto dos minoritários, possíveis fraudes e irregularidades contábeis.

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – A KPMG está sendo processada também, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Mas o senhor não processou?

**O SR. MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor acha que o senhor não tem motivos para ir à Justiça contra a KPMG?



**O SR MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não estou dizendo isso. Nós ainda vamos ver o que vamos fazer. Estou mantendo conversa com os nossos advogados para ver o que podemos fazer. Que vamos fazer vamos. Agora, como, isso nós vamos... depende dos advogados. *(Risos.)* Aí eu não...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Uma última pergunta. Na ocasião, havia dois bancos, aliás três bancos privados dos bancos de varejo, que tinham uma situação de liquidez e uma situação de alavancagem, na minha avaliação, mais compatível com a situação do País: era o BRADESCO, o Itaú e o Mercantil de São Paulo. Os três alavancados em torno de quatro a cinco vezes o seu patrimônio. E havia uma série de bancos que a gente costumava comentar, no meio sindical, que eram os bancos cocaína, com todo o respeito.

**O SR MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Sei.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Que eram os bancos que atuavam num nível de alavancagem muito elevado e que viviam tendo que captar de uma maneira muito agressiva no mercado. Eu lembro que o Banco Nacional tinha uma diretoria muito jovem — a maior parte da diretoria era muito jovem e muito agressiva —, com lançamento de novos produtos, título de capitalização Plim-Plim, que era o...

**O SR MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Foi.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – ...que era o Plim, né?, que era um produto muito anunciado na televisão. E esses bancos muito alavancados, todos eles praticamente tiveram problemas de liquidez. Mesmo aqueles que não chegaram a quebrar tiveram problemas de liquidez: o Econômico, o Nacional, o BAMERINDUS, o Real — ficou na boca do povo muito tempo até ser vendido para o ABN AMRO,



sem PROER, sem intervenção — e outros bancos de menor notoriedade. O senhor entende que a fiscalização do Banco Central nesse período ela foi extremamente burocrática e superficial e não agiu com o seu papel correto de supervisão bancária, inclusive orientando esses bancos a reduzir sua exposição no mercado, que deveriam fazer, evidentemente sem excluir a responsabilidade dos banqueiros que, evidente, têm responsabilidades tanto por fatos, como no caso do Nacional que tinha uma situação extremamente complicada de fraude, como no caso do Econômico e do BAMERINDUS que têm uma situação de mobilização exagerados ativos com aplicações em investimentos na área petroquímica e na área de papel e celulose, que era o caso do BAMERINDUS. O senhor entende que o Banco Central falhou como supervisor bancário?

**O SR MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Olha, nós estávamos dentro daquele, no início contei da Basiléia.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sim.

**O SR MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Então, acho que aí, quer dizer — ele... —, houve uma tolerância, quer dizer com isso, que ele... Mas ninguém estava infringindo nada, né? Nenhuma... Não havia nenhum tipo de, digamos, normativo do Banco Central, ou que a gente tivesse ultrapassando qualquer tipo de limite. Estávamos realmente muito alavancados.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Mas o Banco Central talvez tenha feito um diagnóstico posterior de que uma série de bancos que estavam alavancados em demasia...

**O SR MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Ah! Bom. Aí sim.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – ... não conseguiram se financiar e acabaram tendo problemas...

**O SR MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Tiveram problemas.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – ... graves. No meu entendimento, com um sistema financeiro que tem Banco do Brasil, com mais de 100 bilhões de ativos; Caixa Econômica Federal com mais de 100 bilhões também; BNDES também, idem; BRADESCO e Itaú como duas fortes âncoras no setor privado; Banco Mercantil de São Paulo e mais os bancos estrangeiros, Banco Nacional, Econômico, Real e BAMERINDUS não seriam suficientes para caracterizar um risco sistêmico, mesmo que pudessem eventualmente ter alguma atuação do Banco Central para fazer RAET com porta aberta e decidir posteriormente: devolvermos para o controlador, porque não há indício de fraude, ou, aí, sim, fazemos a venda, mas de maneira transparente e até — não licitação, porque é um negócio privado — mas com um leilão privado para se estabelecer o melhor preço. No meu entendimento o seu depoimento na tarde de hoje ajuda a confirmar que houve, por parte da direção do Banco Central, interesses políticos tanto na negociação com o UNIBANCO, como já observamos anteriormente no depoimento do dirigente do BAMERINDUS e do Sr. Ângelo Calmon de Sá, dirigente do Econômico. Agradeço as suas respostas.

**O SR MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Vou conceder a palavra ao último Parlamentar “em Cristo”, inscrito para sua inquirição, Deputado Márcio Fortes. Foi um ato falho em homenagem à comemoração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro.



**O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES** – Sr. Presidente, Sr. depoente, Sras. e Srs. Deputados, essa minha intervenção, após ouvir diversas outras intervenções e o depoimento do nosso convidado, Dr. Marcos Magalhães Pinto, deixa claro algumas coisas que eu gostaria de deixar registradas nessa minha intervenção. A primeira é confirmar apenas que esta CPI foi requerida, aprovada e instalada, com o objetivo de apurar os fatos do PROER e não os fatos pregressos da vida daqueles bancos que sofreram a intervenção do PROER, não diretamente. Não houvesse o PROER, o Banco Nacional teria encerrado as suas atividades dentro da lei normal, da sociedade e das atividades bancárias, e teriam causado um enorme prejuízo aos seus depositantes. Os seus controladores estariam numa situação parecida com a de hoje, isto é, com os seus bens bloqueados. Há toda uma lei do mercado de capitais que inclui o resguardo dos depósitos de terceiros a débito do patrimônio das instituições e dos seus controladores. Portanto, a querer saber se o banco ia bem ou se não ia bem, ou se desviou dinheiro do crédito mobiliário, se fez más operações, se o Marcos Magalhães Pinto sabia ou não sabia do que o Presidente do Banco fazia, ou se houve uma má gestão, e se essa má gestão foi acompanhada por um processo superado que me parece — isso também foi dito aqui nesta Comissão. O Banco Central evoluiu muito na questão da fiscalização bancária. Um processo, então, superado pela forma de acompanhamento das atividades bancárias ajuda pouco ao objetivo de saber como foi o PROER. Não estou querendo superpor-me a respostas que foram oferecidas pelo nosso depoente em perguntas feitas, particularmente, pelo Deputado Ivan Valente. Quer dizer, como estaria o Dr. Marcos Magalhães Pinto se não houvesse O PROER. Como estaria se não tivesse tido a sucessão de acontecimentos após a intervenção pelo Banco Central. Se ele estaria



melhor, se ele estaria pior. Tudo isso foi perguntado aqui, não é? Não estaria nem melhor nem pior. Estaria numa situação completamente diferente, o que aconteceu com muitos outros gestores de entidades do sistema financeiro ao longo dos anos em que houve intervenções sem a existência do PROER, mas sempre houve instrumentos de proteção de depósitos. As garantias dos depósitos em cadernetas de poupança, por exemplo, são os mais gritantes exemplos em que contas de depósitos e contas de créditos e débitos imobiliários foram passadas para instituições (*Ininteligível.*) em certos momentos. A única diferença que aconteceu e que, com certeza, é a motivação do reboiço que sofreu o sistema financeiro privado e também o público nos anos 1995, 1996 e um restinho de 1997 foi a existência do Plano Real, que mexeu com todas as relações de crédito do País, a partir da eliminação da inflação nos níveis em que se encontrava, acabou com a correção monetária, com os instrumentos de proteção automática de créditos de má qualidade, porque havia a vontade no sistema financeiro, e, mais ainda, acabou com a possibilidade do resgate, por força, ainda de uma superada Lei de Falências, de patrimônios que deveriam não existir mais. É o caso de instituições financeiras de crédito imobiliário que sofreram intervenção ainda na década de 70 e que, por força da má interpretação ou da interpretação literal da lei de sociedades anônimas, hoje apresentam saldos extremamente estranhos aos antigos compradores, visto que havia correção monetária de ativos, mas não havia de passivos. Com a eliminação da correção monetária e com a eliminação da inflação no nível em que se encontrava, com certeza, mexeu com todo o sistema financeiro. Do lado público, os exemplos mais gritantes foram a chamada de capital do Banco do Brasil e a mais recente paralisação de atividades de crédito pela Caixa Econômica Federal por



absoluta constatação de que cada crédito oferecido gerava um prejuízo à própria instituição de impossível resgate, dada a nova realidade do sistema financeiro. Assim também aconteceu, em outra parte, a situação toda do BANESPA, que foi objeto de capitalização e posteriormente uma operação de privatização. Mas, no caso particular do PROER, que afetou três ou quatro instituições financeiras, acho que o que interessa a essa Comissão é ter clareza sobre o PROER. As autoridades do Banco Central constataram um dano ao sistema financeiro numa entidade de crédito, depois em outra, depois em outra, e criaram uma forma de proteger os depositantes. Os Deputados da Oposição, cumprindo a liturgia e o ritual, que acho até coerente com seus pensamentos, entendem em que houve uma proteção aos controladores, aos banqueiros. Isso é repetido sistematicamente nesta Comissão. Não é o nosso entendimento. O nosso entendimento, que merece também ser repetido e bem registrado, é de que o PROER foi uma iniciativa de extrema oportunidade, muita criatividade, salvou a imagem do sistema financeiro como um todo, protegeu, sim, as poupanças de milhões — não só milhares de depositantes, somadas todas as instituições — e não interferiu em nada na questão das relações dos controladores dos bancos privados com as suas obrigações, fosse com depositantes, fosse com fornecedores, fosse com prestadores de serviços a quem deviam. Com o PROER ou sem PROER... O PROER protegia os depositantes, mas não protegia os controladores. Essa minha convicção vem absolutamente ao encontro daquilo que foi dito por alguns depoente aqui, particularmente as autoridades do Banco Central em momentos variados dos trabalhos da presente CPI. Mas ainda fica claro, e isso me parece que pode ser, aí sim, explorado até pela Comissão como um todo, que o PROER, como uma experiência inovadora e já



encerrada... Portanto, o que se aprende aqui hoje servirá para as futuras gerações, em que esperamos que não aconteça a necessidade de se criar coisas semelhantes ao PROER. Aprendemos muito com isso. Portanto, o aprendizado do PROER serve para que a fiscalização do Banco Central se antecipe a fatos, seja mais pró-ativa e menos apenas auditiva — se é que essa palavra é adequada, mas todos entendemos — no acompanhamento das operações financeiras, porque as operações financeiras não são feitas com o patrimônio dos controladores do banco. São feitas com o patrimônio dos que depositam e dos que confiam seus haveres e suas poupanças aos controladores do banco. Mas ainda, quero registrar, Sr. Presidente, que na sessão de algumas semanas atrás, em que foi votada aqui a lista dos possíveis convidados a prestar depoimento nesta Comissão, eu fiz claro — usei a palavra por dizer — que não achava adequado que se chamassem aqui controladores de bancos privados, porque, na sua maioria, não tendo responsabilidades diretas de gestão, prestariam poucos serviços aos objetivos da nossa CPI, e que se deveriam chamar, sim, os administradores. Esses, sim, encarregados de operar as atividades bancárias e que geraram os fatos, e os créditos, e as operações, ou de má qualidade, ou de boa qualidade inoportuna, ou de qualidade discutível, dado o momento de efervescência que havia no sistema financeiro naquela oportunidade. Portanto, a nossa CPI fica devendo, já que não estão, ainda não estão e possivelmente não estarão os efetivos gestores dos bancos, os esclarecimentos necessários às relações anteriores ao momento em que, tendo sido solicitado o RAET e oferecido o PROER, a direção do Banco Nacional e outras instituições se manifestaram de forma improvisada, eventualmente, porque não era ela, na figura dos seus controladores, que estava à





frent8e, mas na figura de seus diretores, que aqui não estão depondo. Por último, acho que fica claro também, e me perdoe o Dr. Marcos, mas a sua timidez é muito marcante no dia de hoje, e fica claro que os controladores do Banco Nacional têm alguma coisa a reclamar, a reclamar do Banco Central, a reclamar do UNIBANCO, a reclamar dos interventores, a reclamar de pessoas físicas e que, nesse caso, seria interessante que nós pudéssemos constatar também, desses possíveis demandados pelos controladores do Banco Nacional, que razões teriam ou como interpretariam politicamente, e não aos olhos da Justiça ou aos olhos das autoridades do Judiciário, mas aos olhos das autoridades políticas, como o comportamento do PROER no dia posterior, nas datas posteriores ao exercício do PROER, já tendo sido oferecido o controle às instituições terceiras, pode ser interpretado. Eu agradeço, portanto, a presença do nosso convidado, Dr. Marcos Magalhães Pinto, e até a elegância com que os nossos companheiros Deputados da CPI se comportaram, tendo em vista toda a dificuldade de trato de uma questão em que, por muitas vezes, o controlador do Banco Nacional declarou ignorância sobre as matérias que lhe foram imaginadas responder. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sr. Presidente, pela ordem. Só para fazer uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – ... observação rápida. Respeito bastante a opinião do Deputado Marcio Fortes, embora discorde dela em relação à questão do conteúdo. Evidentemente, é uma interpretação que S.Exa. tem e eu tenho outra. Nós vamos, no transcorrer da CPI, através do Sr. Relator e do conjunto



da Comissão, buscar construir algum entendimento sobre essa questão. Quero fazer duas duas observações: uma em relação ao PROER, que tem uma polêmica parecida com a que tem na CPI do BANESPA. Ou seja, não há como analisar o PROER se nós não analisarmos o que aconteceu antes, o que levou o Banco Nacional, o Banco Econômico, o BAMERINDUS e outros ao PROER. Assim como no caso do BANESPA, não há como analisar o RAET do BANESPA sem analisar o que levou o BANESPA ao RAET. Portanto, a nossa preocupação é indagar de vários depoentes aqui, sejam dirigentes do Banco Central ou de bancos, como vinha a situação e o que aconteceu, até porque, no caso do Sr. Marcos Magalhães Pinto, além de controlador, também era administrador, embora estivesse com a posição talvez — digamos — de afastamento pessoal das questões cotidianas do banco, o que é uma irregularidade, porque o Presidente do banco, até perguntei no começo se era Presidente do Conselho Diretor ou do Conselho de Administração, porque o Presidente da Diretoria tem obrigatoriamente que ter um envolvimento com as informações e tomar decisões e assinar documentos em nome da empresa como um todo. O principal responsável administrativo do banco é o Presidente da Diretoria. Então, essa é uma questão. A outra questão é que nós temos, ao longo desse processo, com certeza, e a partir de alguns depoimentos, desdobrarmos requerimentos. Com certeza, assim o faremos, tanto que acho fundamental — e foi muita boa a observação do Deputado Marcio Fortes nesse sentido — que nós ouçamos, sim, o Dr. Clarimundo Santana —, e me parece que não está aprovado ainda o requerimento ou não há requerimento. Eu poderia providenciar ou outro Deputado poderia providenciar ouvir o Sr. Clarimundo Santana e o Sr. Arnaud, que eu não me lembro o sobrenome agora, mas que o Dr. Marcos Magalhães Pinto pode



declarar ou no próprio inquérito está o nome desse cidadão. Então, só fiz questão de fazer esse registro porque acho que, de qualquer maneira, Deputado Marcio Fortes, para a CPI, é importante saber se o grau de ausência de liquidez ou de deterioração patrimonial dos bancos que foram ao PROER justificava a principal argumentação do Governo e do Banco Central, porque havia uma iminência de uma crise sistêmica. Se havia iminência de crise sistêmica, evidentemente, várias providências poderiam ser tomadas. Poderíamos apurar se o PROER foi a melhor das providências que poderiam ter sido tomadas ou outra providência, mas o fato é que, se não havia risco de crise sistêmica caracterizado, evidentemente o PROER não era necessário. Se havia, é preciso apurar se ele foi bem concebido e bem gerenciado. É só essa a preocupação.

**O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES** – Sr. Presidente, tendo em vista a intervenção de S.Exa. — obrigado Ricardo. Apenas para colocar, com precisão, o meu pensamento em relação a essa matéria, objeto da réplica do Deputado Ricardo Berzoini. Eu fui Presidente do BANERJ em dezembro de 1989 — no final de 1989 — a março de 1991. Num belo dia, no dia 15 de março de 1990, a Nação acordou com o Plano Collor na rua. É uma coisa parecida com o Plano Real. Não tem nada a ver. Mas digo apenas o fato político de uma intervenção política de tal abrangência que mexeu com todas as relações e extradições, e o modo de trabalhar, e os critérios de concessão de crédito, e avaliação de risco de todos os operadores de crédito do País. Eu me lembro claramente do caso de 1990. Nós tivemos que fazer em paralelo dois balanços, sistemas diários: um em cruzados — nem me lembro mais quais eram os nomes das moedas — e um em cruzeiros. Isso era um cataclismo, não é? Mas ainda havia toda uma dúvida sobre como deveria ser o comportamento diário



do caixa do banco, da relação com o Banco Central, da existência de cédulas. O Banco Central não tinha como fornecer numerário impresso na velocidade necessária para suprir o mercado de demanda por parte do público. Então, era um problema. Se chego ao banco — o banco absolutamente hígido — e eu digo assim: eu quero trocar meu cheque de R\$ 10,00. Não tem nota. Quebrou. Não tinha nota porque não havia o papel, o fornecimento pela Casa da Moeda, porque era um negócio complicado. Isso em 1990. É claro que não tem nada a ver com o Plano Real, mas tem tudo a ver como fato político. As operações de crédito foram completamente tumultuadas no País, pelo bem, a partir da existência do Plano Real. Um dia a URV virou moeda e verdade e a coisa caminhou. O sistema financeiro não funciona da noite para o dia. As relações de liquidez são relações que se apuram ao longo do tempo. Não é uma coisa diária. Entretanto, existem instrumentos de cobertura diária de liquidez para que o sistema não entre em colapso a cada dia. Portanto, existe oferecimento de crédito pelo Banco Central, o oferecimento de títulos às instituições particulares congênicas, às instituições públicas. O Banco do Brasil é o grande supridor de liquidez para o sistema financeiro, e continua sendo. Uma porção de atividades que vão sendo acompanhadas pelo Banco Central, que acende lâmpadas amarelas ao longo do percurso: atenção aqui, cuidado ali, de repente são duas lâmpadas amarelas, aumenta o juro — está certo? —, não permite que se exceda os limites operacionais do banco aqui e ali. Esse comportamento, no caso do Banco Nacional, por exemplo, pode perfeitamente ter acontecido sem o conhecimento da fiscalização do Banco Central por fatos que não foram objetos aqui da nossa CPI e que evidentemente não incluem o risco sistêmico. Claro! Operações de crédito irregulares, operações de crédito até criminosas, operações de crédito



não contabilizadas e outras questões que não têm nada a ver com o risco sistêmico. Mas fica claro também que uma derrocada de um banco da dimensão e da importância do Banco Nacional incluiria um risco sistêmico, por definição. Risco sistêmico que, naquele momento, seria impossível de aceitar. Esse é o ponto de vista. Se é assim, parece-me, francamente, que é desnecessário — a palavra nem seria desnecessário —, quer dizer, é despiciendo que se possa transformar a CPI do PROER numa CPI de critérios de fiscalização do Banco Central, porque isso tem foros próprios, tanto no setor contábil e técnico quanto no setor jurídico e até criminal, nas apurações que se fazem ao longo dos tempos, em todas as instituições financeiras que tiveram dificuldades, algumas delas tendo sofrido intervenção prévia, outras tendo sofrido administração especial temporária e outras não tendo sofrido nada, e muitas — num passado mais remoto — até levado à desgraça os depositantes dos bancos; algumas poucas também à desgraça os seus controladores. O que eu quero dizer é o seguinte: a avaliação de risco sistêmico não se faz pelas más operações que porventura tenham sido feitas pela direção do Banco Nacional. A avaliação de risco sistêmico se faz quando, constatada a iminência da derrocada de uma instituição, percebe-se que essa derrocada geraria o risco sistêmico. Portanto, o PROER não é só para corrigir o risco sistêmico, é para prevenir o risco sistêmico. Isto tem que ficar claro nos resultados das apurações a cargo da presente Comissão. Era o meu ponto de vista. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Diante das duas oportunas intervenções do Deputado Marcio Fortes e Deputado Ricardo Berzoini, gostaria de fazer só dois esclarecimentos: o primeiro em razão até da ausência do Relator, e



vou explicar, mas diz respeito aos roteiros de trabalho estabelecidos. Na verdade, procurou-se estabelecer uma lógica desses trabalhos, ouvindo-se, primeiro, os dirigentes de então do Banco Central, os controladores das instituições que sofreram intervenção e liquidação, em especial das três instituições que foram responsáveis pela movimentação de quase 90% do total de recursos envolvidos no programa denominado PROER, e a próxima etapa será ouvir os interventores — e nós já estamos em contato com os interventores, encaminhando as convocações — para, se possível, já na próxima semana, começarmos as audiências com os interventores. Hoje, nós estamos completando a 11ª audiência da Comissão, sendo a 8ª de audiências públicas, ou seja, faz um mês, hoje, que se completam as audiências públicas na Comissão no sentido de se cumprir esse roteiro, independente de outras deliberações que virão a ser tomadas pela Comissão. A segunda justificativa deve-se à própria ausência do Relator. Hoje e esta semana tem sido uma semana excepcional na Casa. Estamos em fase final de elaboração das emendas ao Orçamento da União. Praticamente todas as bancadas regionais, hoje, neste momento, estão reunidas, antes, inclusive, do processo de votação no plenário. Há um seminário da maior importância ocorrendo na Casa, mas nós temos a clara convicção de que, daqui até o final do ano, haverá uma série de eventos paralelos da maior importância. Portanto, quero deixar registrado que nós vamos cumprir rigorosamente o plano de trabalho estabelecido, vamos evitar cancelar qualquer sessão, vamos dar continuidade a todas as convocações e justificar a ausência do Relator que, em função de ter sido convocado para a reunião da bancada de São Paulo, dirigiu-se para esse encontro da bancada regional. Portanto, registrar que nós vamos deixar absolutamente em dia a programação já



estabelecida pela Comissão, evidentemente que alterando, eventualmente, uma agenda, em função até da conciliação das agendas dos convocados. Antes de encerrar eu gostaria de consultar o Dr. Marcos se V.Sa. teria interesse de fazer alguma consideração final em função das últimas intervenções?

**O SR MARCOS CATÃO MAGALHÃES PINTO** – Não, não tenho. Apenas agradecer a maneira como foram conduzidos os debates. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gustavo Fruet) – Eu agradeço a presença do Dr. Marcos, dos Srs. Parlamentares. Antes de encerrar a presente reunião, convoco reunião de audiência pública a realizar-se amanhã, dia 24, quarta-feira, às 14h, no Plenário 14, com a presença do Sr. José Eduardo Andrade Vieira, ex-Controlador do Banco BAMERINDUS. Está encerrada a reunião.